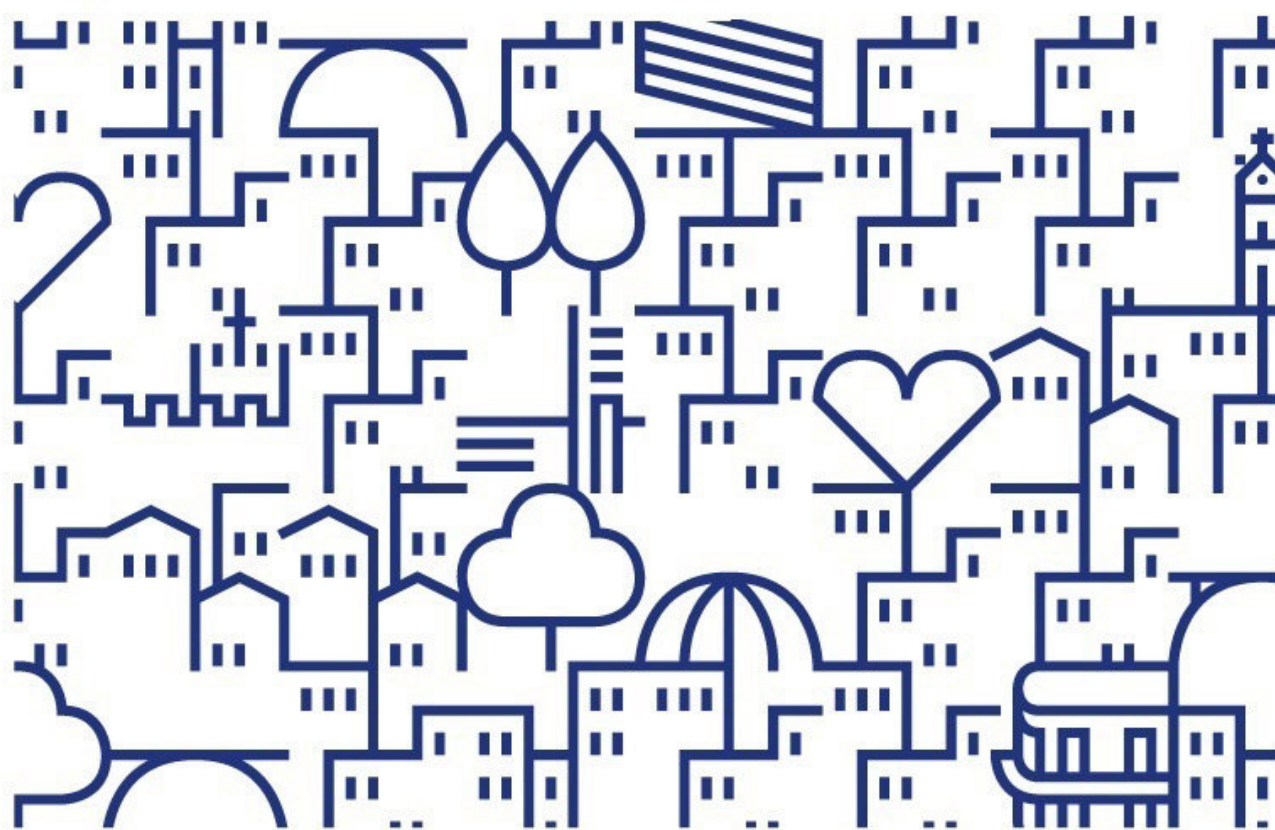


ORÇAMENTO. 2022



Relatório

ÍNDICE

I. NOTA DE ABERTURA	6
II. ENQUADRAMENTO GERAL.....	9
1. Contexto Macroeconómico	9
1.1 Economia Mundial.....	9
1.2 Zona Euro	10
1.3 Economia Portuguesa	11
2. Regime financeiro da Administração Local	12
3. Orçamento do Município do Porto.....	12
3.1 Estrutura do orçamento	12
3.2 Princípios orientadores.....	14
3.3 Premissas do orçamento	15
3.3.1 Receitas.....	15
3.3.2 Despesas.....	17
3.2 Apresentação geral do orçamento.....	18
3.3 Indicadores orçamentais	22
III. PREVISÃO DAS RECEITAS	25
1. Visão global das receitas	25
1.1 Receita fiscal.....	26
1.2 Receita não fiscal.....	29
1.2.1 Rendimentos de propriedade.....	29
1.2.2 Transferências correntes	30
1.2.3 Venda de bens e serviços correntes	31
1.2.4 Venda de bens de investimento	31
1.2.5 Transferências de capital	32
1.2.6 Passivos financeiros	33
1.3 Receita consignada.....	33
IV. PREVISÃO DAS DESPESAS.....	34
1. Visão global das despesas	34

1.1 Despesas correntes	35
1.1.1 Despesas com pessoal	35
1.1.2 Despesas com aquisição de bens e serviços	36
1.1.3 Juros e outros encargos.....	37
1.1.4 Transferências correntes	37
1.1.5 Subsídios para as Empresas Municipais e Participadas	38
1.2 Despesas de capital	39
1.2.1 Aquisição de bens de capital.....	39
1.2.2 Transferências de capital	41
1.3 Serviço da dívida	42
1.4 Estrutura e distribuição do orçamento pelos serviços responsáveis	42
1.5 Áreas de intervenção das Grandes Opções do Plano (GOP)	45
V. NOTAS FINAIS	51
1. Orçamentos de outras entidades	51
2. Mapas das entidades participadas pelo Município	52
3. Responsabilidades contingentes.....	52
VI. ANÁLISE FINANCEIRA.....	52
1. Demonstrações financeiras previsionais	52
1.1 Balanço Previsional	53
1.2 Estrutura do Património Líquido e do Passivo	56
1.3 Demonstração dos Resultados por Natureza Previsional	57
1.3.1 Estrutura dos Rendimentos.....	57
1.3.2 Estrutura dos Gastos	59
1.3.3 Resultados.....	60
1.3.4 Indicadores financeiros previsionais.....	60
VII. Estatuto do direito de oposição	
VIII. Anexos	

Índice de Quadros

Quadro 1 -Crescimento Real PIB ¹	9
Quadro 2 -Cenário macroeconómico 2021-20223	11
Quadro 3 - Receitas e despesas por classificação económica.....	19
Quadro 4 - Regra do equilíbrio orçamental	21
Quadro 5 - Saldo efetivo	21
Quadro 6 – Indicadores	22
Quadro 7 – Rácios.....	23
Quadro 8 - Receita por classificação económica	25
Quadro 9- Receitas Fiscais.....	26
Quadro 10 - Receitas não fiscais – excluindo ativos e passivos financeiros	29
Quadro 11 - Receitas provenientes de transferências correntes.....	30
Quadro 12 - Receitas provenientes de transferências de capital	32
Quadro 13 - Receita Consignada.....	33
Quadro 14 - Despesas por classificação económica.....	34
Quadro 15 - Despesas com o pessoal por natureza económica	35
Quadro 16 – Subsídios para as empresas municipais e participadas	38
Quadro 17 - Investimento a realizar pela Autarquia, Empresas Municipais e Participadas.....	39
Quadro 18 - Investimento global por natureza económica	40
Quadro 19 - Variação da Dívida.....	42
Quadro 20 - Orçamento por Unidade Orgânica.....	43
Quadro 21 - Despesas correntes e de capital por serviço responsável.....	44
Quadro 22 - Grandes Opções do Plano por objetivos e programas	46
Quadro 23 - Estrutura do Ativo Previsional	53
Quadro 24 - Estrutura do Património Líquido e do Passivo Previsional	56
Quadro 25 - Estrutura dos Rendimentos Previsionais.....	57
Quadro 26 - Estrutura dos Gastos Previsionais	59
Quadro 27 - Resultados Previsionais	60
Quadro 28 - Indicadores	60

Índice de Figuras

Figura 1 - Projeções para o crescimento e a inflação na área do euro.....	10
Figura 2 - Modelo preparação do orçamento	13
Figura 3 - Poupança Corrente.....	20
Figura 4 - Estrutura da receita e da despesa	20
Figura 5 - Estrutura das receitas fiscais	28

I. NOTA DE ABERTURA

É mais uma vez num cenário atípico, com uma crise sanitária que teima em não nos deixar viver normalmente, com uma economia ainda a recuperar do impacto da paragem forçada da economia mundial e com uma crise política que leva o País para um início do ano sem Orçamento de Estado, que é apresentado ao Executivo, à Assembleia Municipal e à Cidade a proposta do orçamento para o ano de 2022.

Neste primeiro orçamento do meu último mandato à frente da autarquia e tendo em mente que há oito anos, os Portuenses decidiram ter uma governação diferente do que é habitual na democracia portuguesa, tendo escolhido um projeto político independente, estou certo que este orçamento espelha a continuação deste projeto de cidade. Um projeto que se destaca pela ambição maior de conceber e afirmar um poder executivo prioritariamente vocacionado para servir em exclusivo os interesses da Cidade e dos seus cidadãos, livre do constrangimento de quaisquer imposições ideológico normativas ou político-partidárias exógenas – um poder executivo capaz de colocar sem concessões os interesses do Porto acima de quaisquer outros.

E é com a plena consciência dos resultados concretos que alcançamos e certos da força de uma Cidade que recuperou o seu fulgor cultural, que reafirmou a sua dimensão económica e que logrou conquistas notáveis em termos de coesão e qualidade de vida, tudo no quadro de uma gestão eficaz com contas à moda do Porto. O Porto ganhou também um renovado reconhecimento internacional ao ter sabido aproveitar as oportunidades que se lhe depararam para explorar o seu potencial de desenvolvimento e se abrir ao mundo em múltiplos planos, precisamente num momento em que cada vez é mais visível a alavancagem do progresso proveniente do labor de cidades e regiões.

A crescente atratividade do Porto, inquestionável nos dias que correm, não se explica somente pela sua beleza, pela sua singularidade e pela sua História. Ela é fruto, muito especialmente, da forma como temos sabido coletivamente afirmar-nos como uma Cidade cosmopolita, interessante e atravessada por manifestações crescentemente inequívocas de qualidade de vida. É para nós decisivo assegurar a consolidação deste caminho nos próximos anos, isto é, não perder o rumo da Sustentabilidade nas nossas políticas, mantendo a aposta nos pilares fundamentais – designadamente, em termos sociais, económicos, ambientais e culturais – que nos trouxeram aonde chegamos. Com

feito, o último ano e meio foi extremamente duro e desafiante, mas o facto é que também permitiu corroborar quanto o Porto consegue fazer das tripas coração.

Estivemos na linha da frente do combate e soubemos enfrentar, em conjunto, as grandes adversidades que se nos colocaram e que vieram introduzir elementos de suspensão ou contrariedade nas tendências de crescimento que vínhamos vivendo.

Neste ano que se vai iniciar e face à situação de elevada incerteza que ainda vivemos será decisivo que ninguém fique para trás!

O reforço das políticas sociais é para tal determinante, designadamente no que respeita a programas de apoio para as famílias em situações mais vulneráveis e a medidas que se traduzam num reforço efetivo dos orçamentos familiares – seja numa continuada aposta em tarifas mais baixas nos serviços que prestamos (como na água e nos resíduos), seja em sede de impostos (como é o caso do IMI, o mais baixo do País para quem tem habitação própria). Políticas sociais que se terão de manifestar, ainda, na continuidade de programas estruturantes que vimos implementando, como são a gratuitidade dos transportes públicos para as nossas crianças e jovens até aos 18 anos ou o Cartão Porto. (com muitos descontos e serviços gratuitos para os portuenses, de âmbito cultural, no desporto ou em serviços de mobilidade) ou na minimização das consequências decorrentes do envelhecimento revelado pela nossa população, por exemplo reforçando a facilidade de acesso dos mais idosos a deslocações em táxi por motivos de saúde.

Este orçamento espelha o nosso compromisso de mantermos o pilar da Sustentabilidade no centro da nossa visão, fundados na convicção do papel essencial das Cidades para transpor os grandes desafios da atualidade e construir um futuro melhor; a Sustentabilidade prosseguirá sendo um mote inspirador presente em toda a nossa ação de forma transversal e de que não abdicaremos.

Para este documento, que orientará a condução política da cidade no próximo ano, foram recebidos os contributos de todas as forças políticas com representação na Assembleia Municipal, com exceção do Partido Socialista, no respeito do exercício democrático do direito de oposição. A transparência e o elogio da democracia justificam por si só que aquelas propostas, todas elas, tenham visibilidade no documento do orçamento, sendo por isso incluídas nos seus anexos, a par das respostas de que foram merecedoras.

Mas, porque o orçamento é o instrumento político por excelência, difícil seria que o documento que agora se apresenta não espelhasse o projeto político sufragado pelos portuenses nas eleições de setembro. Deste modo, este orçamento espelha o nosso projeto de cidade, bem assim como dá expressão a um acordo de governação que foi celebrado entre o Movimento Independente que apoia o Executivo e o PSD e que garante a estabilidade de que a cidade neste momento tanto necessita.

Rui Moreira

II. ENQUADRAMENTO GERAL

1. Contexto Macroeconómico

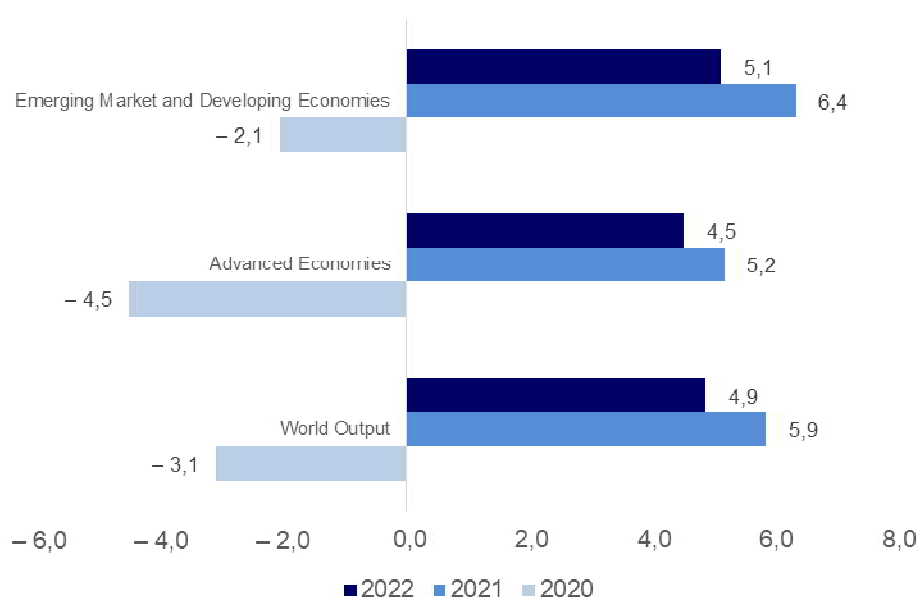
A proposta de orçamento foi elaborada de acordo com os grandes objetivos estratégicos definidos no programa autárquico para o mandato que se iniciou em outubro de 2021, num contexto mundial, europeu e nacional em confronto com os efeitos da pandemia COVID-19.

1.1 Economia Mundial

Não obstante a continuação da incerteza relacionada com a pandemia COVID-19, assiste-se a uma recuperação da economia global, tendo o seu impulso enfraquecido, em face da velocidade de disseminação da variante delta e da ameaça de novas variantes que vieram aumentar as dúvidas em relação à rapidez com que a pandemia pode ser superada.

Quadro 1 -Crescimento Real PIB ¹

(real GDP, annual percent changes)	Projections		
	2020	2021	2022
World Output	- 3,1	5,9	4,9
Advanced Economies	- 4,5	5,2	4,5
Emerging Market and Developing Economies	- 2,1	6,4	5,1



¹ FMI - World Economic Outlook - outubro 2021

As projeções de crescimento divulgadas, em outubro, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)² preveem, para 2021, uma taxa de crescimento das economias mundiais de 5,9%. Relativamente às economias mais avançadas o valor estimado é de 5,2%, sendo que se estima um crescimento de 6,4% para as economias emergentes.

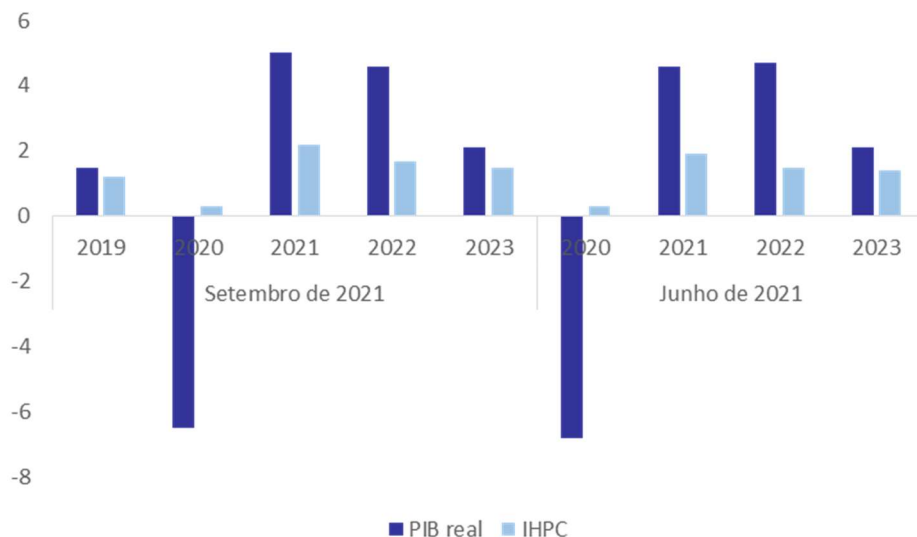
Para 2022 o FMI estima uma redução nas taxas de crescimento de 1 p.p. para a economia mundial, 0,7 p.p. para as economias avançadas e 1,3 p.p. para as economias emergentes.

1.2 Zona Euro

Para 2021, o Banco Central Europeu estima para a Zona Euro um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 5%, 0,4 p.p acima da estimativa efetuada a junho de 2021. A projeção para 2022 situa-se nos 4,6% tendo sofrido uma revisão em baixa face a junho de 2021.

Ao nível da taxa de inflação a estimativa para 2021 é de 2,2% projetando-se uma ligeira redução 0,5 p.p. em 2022.

Figura 1 - Projeções para o crescimento e a inflação na área do euro²



² Banco Central Europeu – setembro 2021

1.3 Economia Portuguesa

Para o ano de 2022, prevê-se uma aceleração da economia portuguesa, com um crescimento real de 5,5% face ao crescimento estimado de 4,8% para 2021. Esta evolução decorre, em larga medida, da aceleração significativa do investimento face a 2021 (mais 2,9 pp), bem como das exportações (mais 1,2 pp), que se espera que registem um crescimento superior ao das importações.

Ao nível do mercado de trabalho, estima-se que o emprego cresça 1,8% e 0,8% em 2021 e 2022, respetivamente, resultando na diminuição da taxa de desemprego para 6,8% em 2021 e para 6,5% em 2022

Quadro 2 - Cenário macroeconómico 2021-2022³

Indicadores	2020	2021 ^(e)	2022 ^(p)
PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real, %)	INE	Ministério das Finanças OE 22	
PIB			
Consumo privado	-7,1	5,2	4,7
Consumo público	0,4	4,3	1,8
Investimento (FBCF)	-2,7	5,2	8,1
Exportações de bens e serviços	-18,6	9,1	10,3
Importações de bens e serviços	-12,1	9,4	8,2
Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)			
Procura interna	-5,5	5,2	4,9
Procura externa líquida	-2,9	-0,4	0,6
Evolução dos preços (taxa de variação, %)			
Deflator do PIB	1,9	0,9	1,3
Taxa de inflação (IPC)	-0,1	1	0,9
IHPC	-0,1	0,9	0,9
Evolução do mercado de trabalho (taxa de variação, %)			
Emprego (ótica de Contas Nacionais)	-1,9	1,8	0,8
Taxa de desemprego (% da população ativa)	7	6,8	6,5
Produtividade aparente do trabalho	-6,7	3	4,7
Saldo das balanças corrente e de capital (em % do PIB)			
Capacidade/necessidade líquida de financiamento face ao exterior	-0,1	0,9	2,1
Saldo da balança corrente da qual;	-1,2	-1,1	-0,7
saldo da balança de bens e serviços	-2,1	-2,4	-1,7
Saldo da balança de capital	1,1	2,1	2,8

(e) estimado; (p) previsão

³ Relatório da proposta do Orçamento de Estado para 2022

2. Regime financeiro da Administração Local

O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prevê a vinculação da despesa e da receita a um quadro plurianual de programação orçamental, numa base móvel de quatro anos. Por falta de regulamentação, continuam a não estar criadas as condições legais para o cumprimento deste articulado da legislação, pese embora o carácter plurianual aplicado a este orçamento, quer à receita quer à despesa por força do novo referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Em 2020 entrou em vigor o novo referencial contabilístico para as entidades do subsector da administração local, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), revogando o DL n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), com exceção das regras estabelecidas no seu ponto 3.3. Foi com base nestes normativos que se elaborou o orçamento para 2022.

3. Orçamento do Município do Porto

3.1 Estrutura do orçamento

A estrutura do orçamento obedecerá à seguinte decomposição:

- 01 – Assembleia Municipal
- 02 – Câmara Municipal
- 03 – Operações Financeiras

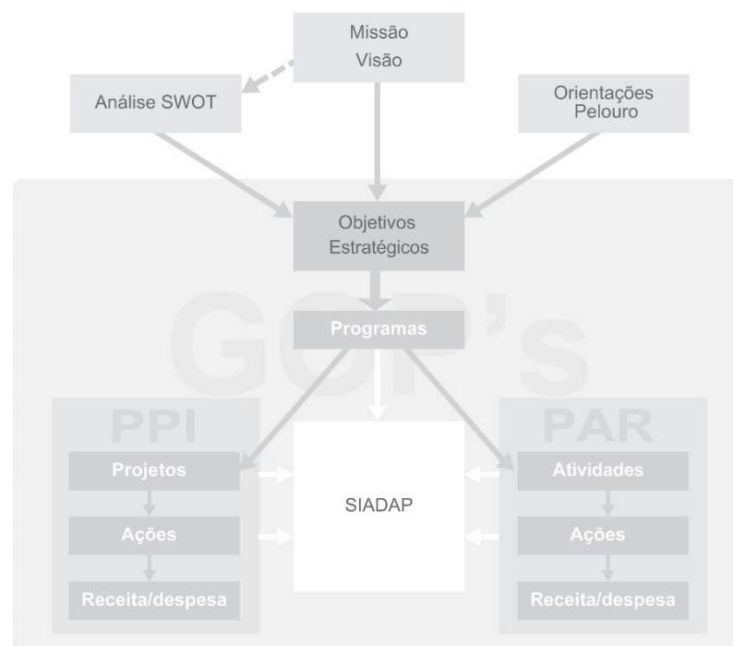
Esta estrutura valoriza a dimensão política do orçamento e, simultaneamente, flexibiliza a gestão orçamental na sua componente técnica, responsabilizando cada um dos diretores municipais ou equiparados pela execução do seu orçamento e, conseqüentemente, pelos resultados a alcançar.

As prioridades para o ano de 2022 estão inseridas no orçamento através de 7 objetivos transversais ao Município que enquadram os grandes eixos estratégicos constantes no programa autárquico sufragado em setembro de 2021, no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Plano de Atividades mais Relevantes (PAR), a saber:

- EIXO 1: Cultura e Património
- EIXO 2: Economia, Pessoas e Inovação
- EIXO 3: Ambiente, Energia e Qualidade de Vida
- EIXO 4: Urbanismo e Habitação
- EIXO 5: Coesão Social
- EIXO 6: Mobilidade
- EIXO 7: Governância da Câmara

Para efeitos de controlo do orçamento, por Direção Municipal ou equiparada, será determinante o papel das Grandes Opções do Plano (GOP) que incluirá, para além do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), o Plano das Atividades mais Relevantes (PAR), conforme se sugere na Figura 2.

Figura 2 - Modelo preparação do orçamento



Cada unidade orgânica de primeiro nível terá sempre o seu orçamento por programas, permitindo-lhe acompanhar, quer a execução dos projetos de investimento (PPI), quer a execução das atividades mais relevantes (PAR). As modificações orçamentais a este nível, desde que não impliquem alterações aos mapas obrigatórios aprovados pela Câmara e pela Assembleia Municipal, ficarão, assim, dispensadas de aprovação por estes órgãos, aumentando a flexibilidade e a eficácia da gestão.

Neste modelo, os objetivos estratégicos para o ano de 2022 contemplam as principais prioridades decorrentes do programa eleitoral, de modo a facilitar a articulação entre estes instrumentos de planeamento e permitir acompanhar o sistema de gestão autárquico de acordo com as políticas de qualidade definidas no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, Gestão de Pessoas, Segurança e Saúde no Trabalho, Ambiente e Conciliação, em conformidade com os requisitos das Normas: NP EN ISO 9001:2015, NP 4427:2018, NP ISO 45001:2019, NP EN ISO 14001:2015 e NP 4552:2016. Em 2022, os objetivos individuais no âmbito do sistema de avaliação do desempenho (SIADAP) devem estar alinhados com a estratégia do Município como evidencia a Figura 2.

3.2 Princípios orientadores

O rigor e transparência na gestão e a correta e cuidada aplicação dos dinheiros públicos constituem os princípios fundamentais da política orçamental do Município do Porto. Neste novo ciclo político continua a assegurar-se o controlo da dívida global e a seletividade da despesa municipal em linha com os eixos estratégicos definidos para o mandato autárquico 2021-2025, espelhados no respetivo manifesto eleitoral.

A elaboração do orçamento para 2022 assenta nas regras orçamentais estabelecidas pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e nas regras estabelecidas no ponto 3.3. do POCAL, nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que prevê a implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Conforme o disposto na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, as demonstrações orçamentais previsionais consubstanciam-se num orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual e num plano plurianual de investimentos (PPI).

O SNC-AP prevê, conforme n.º 17 do ponto 6 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 1, que as entidades públicas preparam ainda demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração dos fluxos de caixa.

Pese embora, nos termos do disposto no artigo 132.º da Lei do Orçamento de Estado para 2021, não se mostre obrigatória, em 2022, o cumprimento da mencionada norma, o Município do Porto optou por preparar as demonstrações financeiras previsionais.

Assim, a proposta de orçamento do Município do Porto, para o ano de 2022, tem em conta o enquadramento legal acima referido, o contexto macroeconómico descrito anteriormente bem como as prioridades do atual executivo.

Os princípios orientadores que lhe estão subjacentes são os seguintes:

1. **Rigor e prudência nos pressupostos**, nomeadamente sendo conservadores na projeção da receita e firmes na contenção da despesa;
2. **Gestão cuidadosa, transparência e rigor nas contas;**
3. **Aposta na Coesão Social, Economia, Cultura e Ambiente**, áreas definidas como prioritárias na atuação do Município.

Os princípios orientadores têm sido genericamente reconhecidos pela agência de notação financeira Fitch Ratings, que tem sublinhado o desempenho orçamental saudável, os baixos níveis de dívida e a gestão prudente do Município do Porto. Apesar do Perfil de Crédito Autónomo (SCP - Standalone Credit Profile) do Porto ser “aa”, refletindo uma combinação de um perfil de risco avaliado como 'Midrange' e fortes métricas de sustentabilidade da dívida avaliadas na categoria “aaa” a Fitch Ratings, manteve o rating de longo prazo da cidade em “BBB” e o de curto prazo em “F2”, com "Outlook estável", sendo que estas avaliações não podem ser superiores às que são atribuídas à República.

O orçamento para 2022 assenta numa projeção de receita operacional prudente e em muita disciplina na previsão da despesa.

3.3 Premissas do orçamento

3.3.1 Receitas

Pese embora ainda subsista alguma incerteza relacionada com a evolução da pandemia COVID-19, com impacto na recuperação da atividade económica, para o orçamento da receita para 2022 foram observadas as regras previsionais legalmente previstas no ponto 3.3 do POCAL e restantes normativos legais.

De facto, não se assistiu à necessidade de aplicação de qualquer coeficiente de prudência na estimativa da receita municipal, em particular a proveniente de impostos diretos e taxas, tal como ocorrido em 2021, na medida em que a aplicação das regras previsionais, designadamente, a média aritmética da cobrança efetuada nos últimos 24 meses, já incorpora o efeito da redução do valor cobrado decorrente da aplicação de todas as medidas fiscais municipais aprovadas de apoio à atividade económica com vista à mitigação dos efeitos da pandemia.

No que concerne aos impostos diretos, especificamente, ao Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI), em face da consolidação das contas do Município do Porto e o seu equilíbrio financeiro, deu-se continuidade à estratégia de alívio da carga fiscal dos cidadãos da cidade do Porto ao nível da tributação do seu património.

Neste contexto, optou-se por manter genericamente a taxa do IMI em 0,324% para todos os prédios urbanos situados na área do concelho do Porto, discriminando-se positivamente os residentes na cidade, ou seja, a habitação própria e permanente do proprietário do prédio que corresponda ao seu domicílio fiscal, por via da redução da taxa anual do IMI em 15%, prevista no artigo 11º do Regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município do Porto (RIIMMP).

Esta medida, que permite uma taxa efetiva de IMI inferior ao limite mínimo legal de 0,3%, já aplicada ao IMI referente a 2019 e 2020, e que terá abrangido cerca de 40% e 50% da população residente, respetivamente, tendo por referência a população média residente na Cidade e a dimensão média das famílias, manter-se-á para o IMI relativo a 2021 a liquidar e cobrar no ano 2022.

No tocante à derrama, manter-se-á a redução de cerca de 33% relativamente ao limite máximo legal, o que corresponde a 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC gerado no Município do Porto, para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150 mil euros e de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior àquele valor.

Consciente do contexto atual de carácter excepcional e de especial exigência social, económica e financeira, o Município do Porto pretende dar continuidade à estratégia

política de apoio à atividade económica e de alívio fiscal às famílias residentes no município, por meio da redução daquela taxa em 0,5 p.p., com impacto direto na diminuição da carga fiscal dos contribuintes residentes no Município do Porto.

Nestes termos, a participação variável no IRS até 5% será reduzida em 10%, para 4,5%, com impacto direto da carga fiscal sobre os rendimentos dos contribuintes singulares residentes no Município do Porto.

Relativamente às dotações previstas das transferências a título de participação das autarquias locais nos impostos do estado, foram mantidos os valores referentes a 2021 face à não aprovação da proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2022.

A venda de bens de investimento foi projetada de acordo com o artigo 124º da LOE 2021, que define o limite à previsão orçamental das receitas das autarquias locais resultantes da venda de imóveis, não pode ultrapassar a média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precederam o mês de início da elaboração da proposta de orçamento, o que corresponde a 9,9% do valor dos imóveis com potencial para alienação em hasta pública.

As transferências de capital incluem, a comparticipação do IHRU,I.P. ao abrigo do Acordo de Colaboração no âmbito do programa 1º Direito-Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, as comparticipações comunitárias nos projetos cofinanciados e outras fontes de financiamento.

3.3.2 Despesas

No âmbito da despesa, nomeadamente, no domínio das transferências destaca-se o aumento previsto para as Freguesias e Uniões das Freguesias na ordem dos 25,5%, apesar da estimativa de redução da receita municipal, em resultado de:

- Aumento de 10%, no que respeita aos contratos interadministrativos de delegação de competências, o que representa um reforço de cerca de 385,7 mil euros;
- Transferências no âmbito do Orçamento Colaborativo, no valor total de 1,085 milhões de euros;

- Transferências a efetuar relativamente ao Fundo de Dinamização do Movimento Associativo Popular, no montante total de 875 mil euros, na medida em que a competência para a gestão deste fundo caberá a estas autarquias locais.

No tocante aos subsídios às empresas municipais, a DomusSocial passou a assegurar a gestão, implementação e operacionalização do programa municipal Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social, estimando-se o correspondente subsídio para acomodar esta recente área de atuação.

Prevê-se um reforço do subsídio às Águas e Energia do Porto decorrente da assunção das competências objeto da transferência legal operada relativamente à limpeza pública e à gestão de resíduos urbanos nas praias do Porto.

Mantém-se em 2022, o programa "Porto com Sentido", iniciado em 2020, através do qual pretende-se atrair para o centro da cidade novos residentes, constituindo-se como um dos eixos de acesso à habitação com renda acessível. A gestão do programa é assegurada pela empresa municipal Porto Vivo, SRU. Os senhorios ficam habilitados a gozar de benefícios fiscais em sede de IRS, IRC e IMI, de acordo com o previsto na Lei. O Município torna-se arrendatário dos imóveis e suporta 30% do valor dos arrendamentos ficando os restantes 70% a cargo dos subarrendatários.

No que concerne à despesa de investimento destacam-se a habitação social, a reabilitação de diversas Escolas Básicas, a finalização da requalificação da Escola Alexandre Herculano, a concretização da reabilitação do Mercado do Bolhão, a reabilitação do cinema Batalha, a construção e beneficiação de infraestruturas desportivas, e, no âmbito da regeneração urbana, diversas intervenções com impacto na mobilidade e requalificação do espaço público. Realça-se, também, o investimento previsto na promoção da eficiência e diversificação energética.

3.2 Apresentação geral do orçamento

Em termos globais o orçamento apresenta uma redução de 2,9% face a 2021, no montante de 9,5 milhões de euros.

A previsão das receitas e das despesas é de 319 milhões de euros. A receita corrente atingirá um montante de 217,7 milhões de euros que suporta a despesa corrente de

200,4 milhões de euros, enquanto a receita de capital ficará em 29,7 milhões de euros para uma despesa de capital de 118,6 milhões de euros.

Quadro 3 - Receitas e despesas por classificação económica

(Un.: euro)

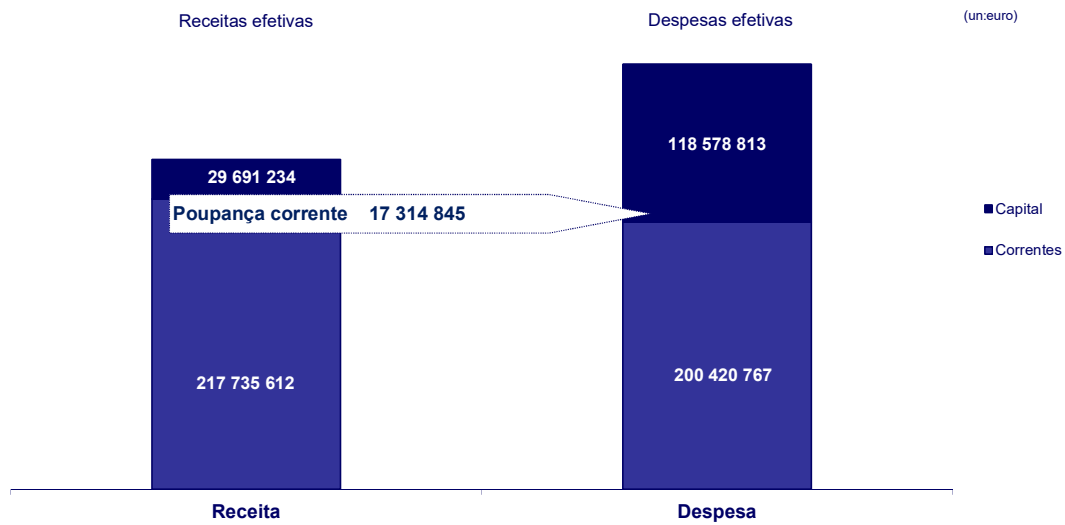
Receitas	Valor	%	Despesas	Valor	%
Receitas Correntes	217 735 612	68,3%	Despesas Correntes	200 420 767	62,8%
Impostos diretos	127 397 459	39,9%	Despesas com pessoal	82 990 372	26,0%
Taxas, multas e outras penalidades	28 134 064	8,8%	Aquisição de bens e serviços	58 909 714	18,5%
Rendimentos de propriedade	11 732 009	3,7%	Juros e outros encargos	405 721	0,1%
Transferências correntes	42 471 159	13,3%	Transferências correntes	12 957 991	4,1%
Venda de bens e serviços correntes	7 828 125	2,5%	Subsídios	42 998 823	13,5%
Outras receitas correntes	172 796	0,1%	Outras despesas correntes	2 158 146	0,7%
Receitas de Capital	29 691 234	9,3%	Despesas de Capital	118 578 813	37,2%
Venda de bens de investimento	3 087 960	1,0%	Aquisição de bens de capital	114 401 100	35,9%
Transferências de capital	26 603 244	8,3%	Transferências de capital	3 179 725	1,0%
Outras receitas de capital	20	0,0%	Outras despesas de capital	997 988	0,3%
Reposições não abatidas nos pagamentos	10	0,0%			
Total das Receitas Efetivas	247 426 846	77,6%	Total das Despesas Efetivas	318 999 580	100,0%
Ativos financeiros	10	0,0%	Ativos financeiros	400	0,0%
Passivos financeiros	71 573 144	22,4%	Passivos financeiros	20	0,0%
Total das Receitas não Efetivas	71 573 154	22,4%	Total das Despesas não Efetivas	420	0,0%
Total	319 000 000	100,0%	Total	319 000 000	100,0%

Realça-se o peso das receitas fiscais, que totalizam 155,5 milhões de euros e que contribuem em 48,8% para a receita total. Destaca-se, ainda, a receita proveniente das transferências com um peso de 21,7%. Os passivos financeiros contribuem em 22,4% o orçamento municipal.

No que se refere à despesa destaca-se o peso dos encargos com pessoal (26,0%), da aquisição de bens e serviços (18,5%) e da aquisição de bens de capital (35,9%) que representam, em conjunto, cerca de 80,3% do total da despesa.

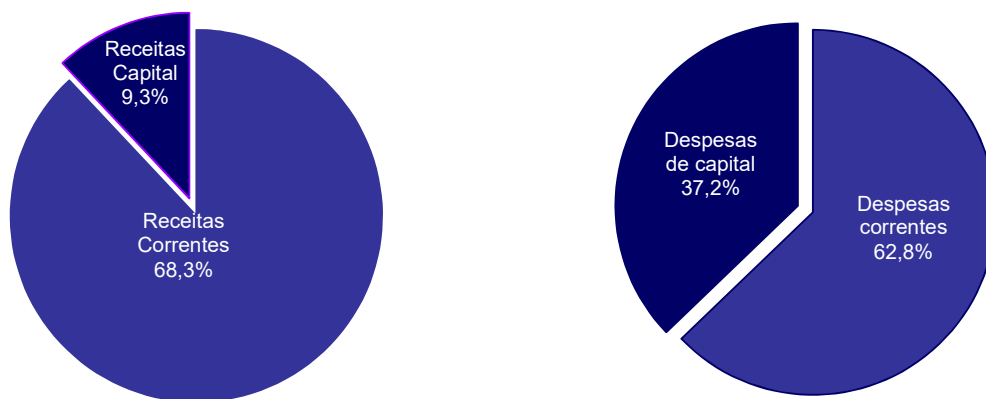
A análise da evolução das diferentes componentes da receita e da despesa acima discriminadas será aprofundada em capítulos subsequentes.

Figura 3 - Poupança Corrente



O saldo corrente é de 17,3 milhões de euros, o qual financiará no mesmo valor as despesas de capital efetivas.

Figura 4 - Estrutura da receita e da despesa



Em termos relativos verifica-se que a receita corrente representa 68,3% da receita total e que a receita de capital representa 9,3%. Na componente da despesa o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 62,8% da despesa total e a despesa de capital em 37,2%.

Quadro 4 - Regra do equilíbrio orçamental

(Un. : euro)

Descrição	Valor
Receitas correntes	217 735 612
Despesas correntes	200 420 767
Saldo corrente	17 314 845
Amortização média dos EMLP	8 301 664
Equilíbrio Orçamental	9 013 182

Sem prejuízo do equilíbrio orçamental evidenciado pelo saldo corrente de 17,3 milhões de euros, a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, define, no seu artigo 40º, a regra do equilíbrio orçamental em que as receitas correntes devem cobrir as despesas correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, instituindo uma margem de incumprimento até 5% das receitas correntes totais, a ser compensada no ano subsequente.

A proposta de orçamento para 2022 cumpre este normativo, ou seja, as receitas correntes cobrem as despesas correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, apresentando um valor de 9 milhões de euros no equilíbrio orçamental.

Quadro 5 - Saldo efetivo

(Un.: euro)

Descrição	2021	2022	Variação	
			Valor	%
Receitas correntes	206 565 952	217 735 612	11 169 660	5,4%
Receitas de capital (efetivas) (*)	38 298 857	29 691 234	-8 607 623	-22,5%
Receita efetiva (*)	244 864 809	247 426 846	2 562 037	1,0%
Despesas correntes	193 465 032	200 420 767	6 955 735	3,6%
Despesas de capital (efetivas) (*)	132 993 996	118 578 813	-14 415 183	-10,8%
Despesa efetiva (*)	326 459 028	318 999 580	-7 459 448	-2,3%
Saldo corrente	13 100 920	17 314 845	4 213 925	32,2%
Saldo de capital	-94 695 139	-88 887 589	5 807 550	6,1%
Saldo efetivo	-81 594 219	-71 572 734	10 021 475	12,3%

(*) Não inclui ativos e passivos financeiros

No que concerne à evolução do orçamento face a 2021, prevê-se um acréscimo do saldo efetivo, ou seja, se excluirmos os passivos e os ativos financeiros quer na receita quer na despesa, o saldo é superior em 10 milhões de euros.

O saldo efetivo negativo, no montante de 71,6 milhões de euros, resulta do efeito conjugado da receita efetiva com a despesa efetiva e decorre da inclusão no orçamento do valor de 71,6 milhões de euros, relativo à utilização dos empréstimos de médio e longo prazo que são contabilizados nos passivos financeiros, sendo por isso excluídos para efeitos de cálculo da receita efetiva.

3.3 Indicadores orçamentais

Apresentam-se nos quadros seguintes indicadores de receita e de despesa para aferir a evolução prevista para 2022.

Quadro 6 – Indicadores

(Un.: euro)

Designação	2021	2022	Variação	
			Valor	%
Dívida de MLP*	16 746 828	88 319 962	71 573 134	427,4%
Despesa corrente primária	193 059 306	200 015 046	6 955 740	3,6%
Despesa primária	326 053 302	318 593 859	-7 459 443	-2,3%
Saldo primário	-81 188 493	-71 167 013	10 021 480	12,3%
Saldo efetivo	-81 594 219	-71 572 734	10 021 485	12,3%

*Em 2021 o valor corresponde à dívida estimada para 31-12

Da análise destes indicadores, e no âmbito da dívida de médio e longo prazo, é de assinalar que a comparação é efetuada com o valor estimado daquela dívida a dezembro de 2021 e não com a previsão inicial. Admite-se, assim, para 2022, um crescimento do valor em dívida na ordem dos 71,6 milhões de euros refletindo a utilização do empréstimo em vigor e do novo empréstimo de médio e longo prazo que se encontra em apreciação pelo Tribunal de Contas.

A despesa primária regista uma redução de 2,3% essencialmente por efeito da aquisição de bens de capital. Ao nível da despesa corrente primária o acréscimo verifica-se, essencialmente, na rubrica de subsídios.

Quadro 7 – Rácios

Rácios	2021	2022
Rácios da Receita		
Receitas Fiscais/Total das receitas	43,7%	48,8%
Venda de bens de investimento/Total das receitas	3,8%	1,0%
Total das receitas próprias/Total das receitas	54,0%	55,9%
Total das transferências/Total das receitas	20,6%	21,7%
Passivos financeiros/Total das receitas	25,5%	22,4%
Rácios da Despesa		
Transferências correntes/Total das despesas	3,9%	4,1%
Transferências capital/Total das despesas	1,0%	1,0%
Despesa corrente/Total da despesa	58,9%	62,8%
Despesa capital/Total da despesa	41,1%	37,2%
Total do investimento/Total da despesa	39,2%	35,9%
Rácios da Dívida		
Dívida bancária (% variação anual)	1136,4%	427,4%
Juros financeiros/Receitas correntes	0,2%	0,2%
Amortizações/Despesa total	0,6%	0,0%
Serviço da dívida/Despesa total	0,7%	0,1%
Amortizações/Empréstimos utilizados	2,4%	0,0%
Dívida bancária/Receitas correntes	43,0%	40,6%
Dívida bancária/Saldo corrente	6,8	5,1

Numa perspetiva dinâmica e mais abrangente, e com suporte nas dotações previstas para 2022, verifica-se um aumento do peso das receitas fiscais sobre o total das receitas do Município em resultado do acréscimo dos impostos diretos e taxas, multas e outras penalidades e redução da receita total.

O rácio das receitas próprias sobre as receitas totais tem uma variação positiva pelo facto das receitas próprias registarem um acréscimo, apesar da redução das receitas totais.

O rácio referente aos passivos financeiros regista um decréscimo, face a 2021, resultante da redução de 12,1 milhões de euros da dotação inscrita na rubrica de empréstimos de médio e longo prazo.

Ao nível das despesas correntes regista-se um aumento do peso relativamente às despesas totais, justificado essencialmente pela rubrica de subsídios.

O decréscimo nas aquisições de bens de capital implica uma redução das despesas de capital sobre as despesas totais.

Resultante das utilizações previstas para 2022 dos empréstimos de médio de longo prazo todos os rácios relacionados com a dívida reduzem-se.

III. PREVISÃO DAS RECEITAS

As perspetivas para 2022 encontram-se, ainda, rodeadas de particular incerteza decorrente da pandemia da COVID-19.

Para efeitos de comparabilidade deve ser considerada a premissa de que o orçamento para 2021 foi elaborado com a influência deste contexto pandémico. Durante o ano de 2021 adotou-se uma atitude de especial prudência ao se estimar a receita proveniente de impostos municipais e a receita relativa à taxa municipal turística inferior em 15% e 50%, respetivamente, relativamente às regras previsionais.

1. Visão global das receitas

A previsão da receita municipal para 2022 é de 319 milhões de euros, traduzindo uma redução de 2,9% face à estimativa inicial do ano anterior. A redução esperada na receita total, que em termos absolutos é de 9,5 milhões de euros, justifica-se, essencialmente, pela redução da receita não efetiva.

Da receita total, prevê-se que 217,7 milhões de euros tenha origem em receitas correntes (68,3%), 29,7 milhões de euros em receitas de capital (9,3%) e 71,6 milhões de euros em receita não efetiva (22,4%).

Quadro 8 - Receita por classificação económica

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	2021		2022		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	206 565 952	62,9%	217 735 612	68,3%	11 169 660	5,4%
Impostos diretos	115 705 972	35,2%	127 397 459	39,9%	11 691 487	10,1%
Taxas, multas e outras penalidades	27 882 536	8,5%	28 134 064	8,8%	251 528	0,9%
Rendimentos de propriedade	11 925 919	3,6%	11 732 009	3,7%	-193 910	-1,6%
Transferências correntes	41 731 489	12,7%	42 471 159	13,3%	739 670	1,8%
Venda de bens e serviços correntes	8 466 101	2,6%	7 828 125	2,5%	-637 976	-7,5%
Outras receitas correntes	853 935	0,3%	172 796	0,1%	-681 139	-79,8%
Receitas de Capital	38 298 857	11,7%	29 691 234	9,3%	-8 607 623	-22,5%
Venda de bens de investimento	12 519 669	3,8%	3 087 960	1,0%	-9 431 709	-75,3%
Transferências de capital	25 779 158	7,8%	26 603 244	8,3%	824 086	3,2%
Outras receitas de capital	20	0,0%	20	0,0%	0	0,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	10	0,0%	10	0,0%	0	0,0%
Total das Receitas Efetivas	244 864 809	74,5%	247 426 846	77,6%	2 562 037	1,0%
Ativos financeiros	10	0,0%	10	0,0%	0	0,0%
Passivos financeiros	83 635 181	25,5%	71 573 144	22,4%	-12 062 037	-14,4%
Total das Receitas não Efetivas	83 635 191	25,5%	71 573 154	22,4%	-12 062 037	-14,4%
Total	328 500 000	100,0%	319 000 000	100,0%	-9 500 000	-2,9%

A estimativa da receita corrente apresenta um acréscimo de 5,4% relativamente ao orçado para 2021, traduzido em mais 11,2 milhões de euros, pelo efeito das receitas fiscais (impostos diretos e taxas, multas e outras penalidades), evidenciando a perspetiva de uma ligeira retoma da atividade económica, e das transferências correntes. Em contrapartida, estima-se um decréscimo dos rendimentos de propriedade, das vendas de bens e serviços correntes e das outras receitas correntes.

A redução estimada nas receitas de capital face a 2021 resulta do decréscimo da venda de bens de investimento conjugado com o aumento das transferências de capital.

Para a receita não efetiva estima-se uma redução nos passivos financeiros de 12,1 milhões de euros.

1.1 Receita fiscal

Na estrutura das receitas municipais é relevante o peso das receitas fiscais que, incluindo os impostos diretos e as taxas, multas e outras penalidades, ascendem a 155,5 milhões de euros e constituem a maior fonte de receita do orçamento, representando 48,8% da receita total e 71,4% da receita corrente.

Quadro 9- Receitas Fiscais

(Un.: euro)

Receitas Fiscais	2021	2022	Varição
Impostos diretos	115 705 972	127 397 459	10,1%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	40 432 746	41 165 230	1,8%
Imposto Único de Circulação (IUC)	5 529 413	6 571 482	18,8%
Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT)	53 241 322	60 613 097	13,8%
Derrama	16 502 461	19 047 620	15,4%
Outros	30	30	0,0%
Taxas, Multas e Out. Penalidades	27 882 536	28 134 064	0,9%
Loteamentos e obras	11 453 467	12 695 803	10,8%
Ocupação da via pública	2 689 717	2 853 858	6,1%
Taxa Turística	6 645 519	6 127 836	-7,8%
Outras	3 130 348	3 116 279	-0,4%
Multas e outras penalidades	3 963 485	3 340 288	-15,7%
Total	143 588 508	155 531 523	8,3%

Comparativamente ao ano anterior prevê-se para as receitas fiscais um aumento de 11,9 milhões de euros, ou seja, 8,3%.

Para este resultado contribui a estimativa de acréscimo dos impostos diretos que, comparativamente ao orçado para 2021, se prevê que venham a aumentar 11,7 milhões de euros e das taxas, multas e outras penalidades com uma previsão de aumento de 251,5 mil euros.

Num contexto de rigor e transparência na gestão, e correta e cuidada aplicação dos dinheiros públicos que constituem os princípios fundamentais da política orçamental do Município do Porto, e por se entender que a consolidação do equilíbrio financeiro do Município deve concorrer para a redução da carga fiscal dos contribuintes desta cidade, bem como para a dinamização da sua atividade económica, e ainda perante a possibilidade legal dos municípios poderem conceder isenções fiscais no âmbito dos impostos de cuja receita são destinatários, através da emanação de regulamentos próprios, foi publicado, em Diário da República, 2ª série, de 3 de dezembro de 2018, o Regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município do Porto (RIIMMP) e em 20 de dezembro de 2020 a sua alteração.

Este regulamento prevê um regime de isenções do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), que constituem incentivos ao desenvolvimento do mercado de arrendamento com renda acessível para fins habitacionais; à habitação própria e permanente na cidade do Porto; à fixação de residência de famílias e jovens, nomeadamente nas áreas de reabilitação urbana aprovadas do Centro Histórico, da Baixa, da Lapa, do Bonfim e de Massarelos, e à reabilitação do edificado urbano.

No âmbito do apoio às famílias opta-se por manter genericamente a taxa do IMI em 0,324% para todos os prédios urbanos situados na área do concelho do Porto, discriminando-se positivamente os residentes na cidade, ou seja, a habitação própria e permanente do proprietário do prédio que corresponda ao seu domicílio fiscal, por via da redução da taxa anual do IMI em 15% prevista no artigo 11º do RIIMMP.

No que se refere ao IMT, uma das principais fontes da receita municipal, prevê-se arrecadar 60,6 milhões de euros, mais 13,8% do que o previsto no orçamento do ano transato, refletindo a recuperação gradual do mercado imobiliário.

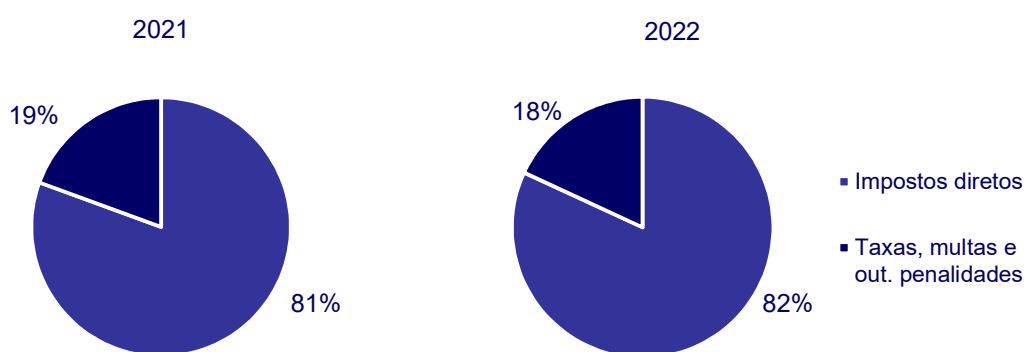
Na derrama, continua a verificar-se alguma incerteza quanto ao montante potencial da receita pelo facto de estar dependente dos apuramentos realizados pela Administração Central sem possibilidade de qualquer controlo por parte dos municípios.

Para 2022 manter-se-á a redução de cerca de 33% relativamente ao limite máximo legal, o que corresponde a 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC gerado no Município do Porto, para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150 mil euros e a taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior àquele valor.

Nas taxas, multas e outras penalidades, o acréscimo de 251,5 mil euros, previsto para 2022, deve-se essencialmente à rubrica loteamentos e obras.

Com uma receita prevista de 6,1 milhões de euros, a taxa municipal turística representa 21,8% da receita orçada para o capítulo das taxas, multas e outras penalidades e 3,9% das receitas fiscais. Esta taxa, paga pelos turistas nacionais e internacionais e com incidência sobre as dormidas em empreendimentos turísticos ou estabelecimentos de alojamento local, localizados no Município do Porto, constitui uma fonte de financiamento, em limiares comportáveis, para fazer face ao desgaste, nomeadamente, nos equipamentos públicos, nas infraestruturas, na via pública e no espaço urbano em geral, e à necessidade de reforçar os níveis de atuação e competência no âmbito da segurança de pessoas e bens, da manutenção do espaço público, limpeza e higiene urbana e sinalética.

Figura 5 - Estrutura das receitas fiscais



1.2 Receita não fiscal

As receitas não fiscais, excluídos os ativos e passivos financeiros, estimam-se em 91,9 milhões de euros. Apresentam, em termos globais, uma redução de 9,3% face a 2021, prevendo-se um decréscimo em todas as rubricas, com exceção das transferências correntes e de capital. O peso das receitas não fiscais sobre a receita total é de 28,8%.

Quadro 10 - Receitas não fiscais – excluindo ativos e passivos financeiros

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	2021		2022		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	62 977 444	62,2%	62 204 089	67,7%	-773 355	-1,2%
Rendimentos de propriedade	11 925 919	11,8%	11 732 009	12,8%	-193 910	-1,6%
Transferências correntes	41 731 489	41,2%	42 471 159	46,2%	739 670	1,8%
Venda de bens e serviços correntes	8 466 101	8,4%	7 828 125	8,5%	-637 976	-7,5%
Outras receitas correntes	853 935	0,8%	172 796	0,2%	-681 139	-79,8%
Receitas de Capital	38 298 857	37,8%	29 691 234	32,3%	-8 607 623	-22,5%
Venda de bens de investimento	12 519 669	12,4%	3 087 960	3,4%	-9 431 709	-75,3%
Transferências de capital	25 779 158	25,5%	26 603 244	28,9%	824 086	3,2%
Outras receitas de capital	20	0,0%	20	0,0%	0	0,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	10	0,0%	10	0,0%	0	0,0%
Total	101 276 301	100,0%	91 895 323	100,0%	-9 380 978	-9,3%

A agregação das receitas não fiscais por capítulos económicos, de acordo com a natureza das mesmas, permite concluir que 67,7% respeitam a receitas correntes, e 32,3% a receitas de capital.

1.2.1 Rendimentos de propriedade

Os 11,7 milhões de euros previstos em rendimentos de propriedade incluem, para além da renda do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com a E-REDES, a receita variável proveniente da concessão da gestão e exploração dos lugares públicos de estacionamento pagos na via pública na cidade do Porto. Com um peso atualmente pouco significativo incluem-se ainda aqui os juros resultantes da remuneração das contas que o Município detém nas instituições financeiras.

1.2.2 Transferências correntes

Quadro 11 - Receitas provenientes de transferências correntes

(Un.: euro)

Transferências Correntes	2021	2022	Variação	
			Valor	%
Participação nos Impostos do Estado				
. Fundo de Equilíbrio Financeiro	448 209	448 209	0	0,0%
. Fundo Social Municipal	2 126 515	2 126 515	0	0,0%
. Participação fixa no IRS	28 045 427	28 045 427	0	0,0%
. Transferência de Competências - Lei 50/2018	0	10	10	
. Participação no IVA	2 599 045	2 599 045	0	0,0%
Comparticipação a Fundo Perdido				
. De Protocolos com Administração Central	3 749 041	3 611 422	-137 619	-3,7%
. De Contratos com Fundos Autónomos	153 209	274 705	121 496	79,3%
. De Fundos Comunitários	4 610 013	5 365 796	755 783	16,4%
Outros	30	30	0	0,0%
Total	41 731 489	42 471 159	739 670	1,8%

Face à não aprovação da proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2022, as transferências correntes provenientes do orçamento de Estado mantêm, nesta proposta de orçamento, o valor atribuído pela Lei do Orçamento de Estado de 2021. Ascendem assim a 33,2 milhões de euros, o que representa 78,2% do total das transferências correntes (42,5 milhões de euros).

A verba referente à Participação no IVA passou a ser distribuída aos municípios a partir do ano de 2020 decorrente da aplicação do artigo 26.º-A da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

Destacam-se também as receitas provenientes de Protocolos com o Ministério da Educação no âmbito do pré-escolar, da generalização do fornecimento de refeições escolares e das atividades de enriquecimento curricular, no montante de 3,6 milhões de euros. O remanescente das transferências correntes, no total de 5,6 milhões de euros, provém, fundamentalmente, de programas com financiamento comunitário, designadamente de candidaturas apresentadas no âmbito do Portugal 2020 e da UE.

1.2.3 Venda de bens e serviços correntes

A venda de bens e serviços correntes representa 2,5% das receitas totais e 8,5% das receitas não fiscais, excluídas dos ativos e passivos financeiros.

Neste capítulo englobam-se as receitas provenientes do arrendamento de casas ou edifícios municipais, para fins habitacionais ou não habitacionais, e dos contratos de concessão e exploração, das refeições escolares, dos parques de estacionamento e cemitérios, entre outras.

Anota-se que, tal como nos últimos anos, as rendas das habitações sociais se mantêm na empresa municipal DomusSocial e são afetas à manutenção e gestão dos bairros municipais.

A redução de 638 mil euros da dotação inscrita neste capítulo resulta, essencialmente, da estimativa do valor para os parques de estacionamento e rendas.

1.2.4 Venda de bens de investimento

Neste capítulo das receitas de capital, o valor inscrito em orçamento para 2022 apresenta uma redução de 9,4 milhões de euros, face ao valor de 2021.

Pese embora o conjunto de terrenos e edifícios que o Município detém com potencial de alienação, a Lei do Orçamento de Estado para 2021, à semelhança dos últimos anos, estabelece, no seu artigo 124º, que os municípios não podem, na elaboração dos orçamentos previsionais para 2022, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração. A receita orçamentada poderá ser excecionalmente de montante superior se for demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de bens imóveis.

Assim, pelo efeito do normativo legal mencionado, contribuem para a estimativa deste capítulo, o valor da venda, em hasta pública, de diversos imóveis e edifícios cuja média foi de 3 milhões de euros. Para 2022 não se encontra previsto qualquer valor para permutas de terrenos municipais.

Nos termos das Normas de Execução do Orçamento, que se propõe que sejam aprovadas pela Assembleia Municipal com os restantes documentos previsionais, e nos

termos previstos na Lei, ficará o Presidente da Câmara autorizado, no decorrer do ano de 2022, a alienar os imóveis que integram o Anexo XIV.

1.2.5 Transferências de capital

Quadro 12 - Receitas provenientes de transferências de capital

(Un.: euro)

Transferências de Capital	2021	2022	Variação	
			Valor	%
Participação nos Impostos do Estado				
. Fundo de Equilíbrio Financeiro	49 801	49 801	0	0,0%
Comparticipação a Fundo Perdido				
. De Protocolos com Administração Central	3 750 010	3 862 886	112 876	3,0%
. De Contratos com Fundos Autónomos	5 120 518	10 106 328	4 985 810	97,4%
. De Fundos Comunitários	16 858 799	12 584 199	-4 274 600	-25,4%
Outros	30	30	0	0,0%
Total	25 779 158	26 603 244	824 086	3,2%

A variação positiva das transferências de capital situa-se, essencialmente, ao nível dos contratos com fundos autónomos por força da inscrição da verba referente à comparticipação do IHRU, I.P. ao abrigo do Acordo de Colaboração no âmbito do programa 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

A variação negativa das transferências de capital situa-se, essencialmente, ao nível dos programas com financiamento comunitário, de candidaturas apresentadas no âmbito do Portugal 2020 e da EU, e decorre da previsão de execução das candidaturas e do encerramento do ciclo de programação 2014-2020.

Neste âmbito, as receitas previstas respeitam ao ciclo de programação 2014-2020, em particular ao abrigo do Portugal 2020, com enquadramento no Plano Estratégico para o Desenvolvimento Urbano (PEDU) e no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), entre outros programas.

Adicionalmente e no domínio das comparticipações a fundo perdido, com origem na Administração Central, prevê-se a receita de 3,4 milhões de euros, proveniente do Acordo de Colaboração para a requalificação e modernização das instalações da Escola Secundária Alexandre Herculano, celebrado entre o Ministério da Educação e o Município do Porto.

1.2.6 Passivos financeiros

Encontra-se previsto o valor de 56,5 milhões de euros do empréstimo contratualizado, em 2020, com vista à cobertura de necessidades de investimento em diversas áreas, com o objetivo de manter-se o financiamento do orçamento municipal para 2022.

Acresce ainda a previsão da utilização de 15,1 milhões de euros do empréstimo que o Município contratualizou, em 2018, no montante de até 39 milhões de euros.

O Município cumpre os limites de endividamento previstos no artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

1.3 Receita consignada

Quadro 13 - Receita Consignada

(Un.: milhares de euros)

Orçamento da Receita	Parcial	Total
Receita Total		319 000
Receita Consignada		109 240
- Administração Central		
DGEstE	3 611	
Fundo Social Municipal	2 127	
Ministério da Educação	3 429	
Fundo Ambiental	427	
Fundo Emergência Municipal	6	
- Compartições a fundo perdido		
Outros projetos	17 950	
- Serviços e fundos autónomos		
IHRU - Programa 1º Direito	10 099	
Turismo de Portugal, IP	18	
- Empréstimos		
Outros investimentos	71 573	
Receita não Consignada		209 760

Do total de 319 milhões de euros previstos como receita de 2022, 109,2 milhões de euros respeitam a receita consignada cujo valor está afeto à cobertura de despesas específicas.

IV. PREVISÃO DAS DESPESAS

1. Visão global das despesas

A despesa municipal para 2022, repartida por despesa corrente e despesa de capital, e constituída por diversos agrupamentos económicos, prevê-se que ascenda a 319 milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo de 2,9% relativamente ao ano transato.

Quadro 14 - Despesas por classificação económica

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	2021		2022		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	193 465 032	58,9%	200 420 767	62,8%	6 955 735	3,6%
Despesas com pessoal	80 486 087	24,5%	82 990 372	26,0%	2 504 285	3,1%
Aquisição de bens e serviços	62 298 797	19,0%	58 909 714	18,5%	-3 389 083	-5,4%
Juros e outros encargos	405 726	0,1%	405 721	0,1%	-5	0,0%
Transferências correntes	12 919 289	3,9%	12 957 991	4,1%	38 702	0,3%
Subsídios	34 623 288	10,5%	42 998 823	13,5%	8 375 535	24,2%
Outras despesas correntes	2 731 845	0,8%	2 158 146	0,7%	-573 699	-21,0%
Despesas de Capital	132 993 996	40,5%	118 578 813	37,2%	-14 415 183	-10,8%
Aquisição de bens de capital	128 661 505	39,2%	114 401 100	35,9%	-14 260 405	-11,1%
Transferências de capital	3 190 200	1,0%	3 179 725	1,0%	-10 475	-0,3%
Outras despesas de capital	1 142 291	0,3%	997 988	0,3%	-144 303	-12,6%
Total das Despesas Efetivas	326 459 028	99,4%	318 999 580	100,0%	-7 459 448	-2,3%
Ativos financeiros	400	0,0%	400	0,0%	0	0,0%
Passivos financeiros	2 040 572	0,6%	20	0,0%	-2 040 552	-100,0%
Total das Despesas não Efetivas	2 040 972	0,6%	420	0,0%	-2 040 552	-100,0%
Total	328 500 000	100,0%	319 000 000	100,0%	-9 500 000	-2,9%

No que respeita às despesas correntes, estima-se um aumento do seu peso no valor global do orçamento face ao ano anterior, com um acréscimo previsto de 7 milhões de euros devidos, em parte, ao incremento dos subsídios e das despesas com pessoal conjugado com uma redução das aquisições de bens e serviços.

As despesas de capital, com um decréscimo previsto de 14,4 milhões euros face ao ano de 2021, passam a representar 37,2% do orçamento, reduzindo-se o valor estimado de todas as rubricas.

Assim, prevê-se uma diminuição da despesa efetiva de 7,5 milhões de euros por força da redução das despesas de capital conjugado com o aumento das despesas correntes.

Para as despesas não efetivas prevê-se uma diminuição de 2 milhões de euros considerando-se o decréscimo na rubrica de passivos financeiros.

1.1 Despesas correntes

As despesas correntes, com um peso no orçamento de 2022 superior ao de 2021, representam 62,8% da despesa total e totalizam 200,4 milhões de euros, mais 7 milhões de euros que no ano anterior.

Com exceção das aquisições de bens e serviços, dos juros e outros encargos e das outras despesas correntes, todos os restantes agrupamentos deste grupo de despesas aumentam.

1.1.1 Despesas com pessoal

Em 2022 estima-se que as despesas com pessoal, com uma dotação de 83 milhões de euros, sejam superiores às previstas para o corrente ano, considerando que as admissões efetuadas neste último semestre refletir-se-ão para todo o ano económico de 2022.

Acresce que, estão previstas remunerações para o último trimestre de 2022, relativas aos novos postos de trabalho do mapa de pessoal 2022 que, entre outros, já considera a estrutura interna inicial para preparar o suporte ao processo de descentralização administrativa.

Quadro 15 - Despesas com o pessoal por natureza económica

Designação	2021		2022		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações certas e permanentes	56 592 401	70,3%	58 727 804	70,8%	2 135 403	3,8%
Abonos variáveis e eventuais	3 403 686	4,2%	4 325 423	5,2%	921 737	27,1%
Segurança Social	20 490 000	25,5%	19 937 145	24,0%	-552 855	-2,7%
Total	80 486 087	100,0%	82 990 372	100,0%	2 504 285	3,1%

Uma análise dos valores por subagrupamento das despesas com pessoal permite verificar o aumento dos subagrupamentos remunerações certas e permanentes e abonos variáveis e eventuais, e uma ligeira redução no subagrupamento segurança social. Este último, incorpora para além dos descontos à CGA e SS, outras prestações

e encargos, nomeadamente, outras pensões e seguros, que se prevê reduzirem em 2022.

As remunerações certas e permanentes apresentam para 2022 um acréscimo de 2,1 milhões de euros, nomeadamente, nas dotações de pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho e nas remunerações por doença e maternidade/paternidade.

Em 2022 mantém-se o investimento que o Município tem vindo a fazer em matéria de gestão de recursos humanos, centrada no desenvolvimento, satisfação e bem-estar dos seus trabalhadores, de que são exemplos: a política de valorização interna dos trabalhadores; a adoção de medidas conciliadoras entre a vida pessoal, familiar e profissional e o reforço das medidas de prevenção de segurança e saúde dos trabalhadores, tendo por referência os normativos legais e a Norma 45 001.

No âmbito do subagrupamento de abonos variáveis e eventuais, o acréscimo é justificado pelo aumento das gratificações variáveis ou eventuais e aumento do suplemento de penosidade e suplemento de risco.

Em termos absolutos destacam-se as contribuições para a Segurança Social dos trabalhadores em funções públicas (CGA), os encargos com a saúde e as pensões nos montantes de 9,5, e 2,2 milhões de euros, e 950 mil euros, respetivamente.

1.1.2 Despesas com aquisição de bens e serviços

A centralização das compras, a implementação da plataforma eletrónica e a rentabilização dos recursos através das sinergias entre direções municipais ou equiparadas e empresas participadas, continuam a ser instrumentos fundamentais para uma gestão rigorosa dos dinheiros públicos, nomeadamente à prossecução da economia e eficácia das despesas com aquisições de bens e serviços.

Na continuação deste propósito, destacam-se neste agrupamento as reduções das rubricas de vigilância e segurança, outros trabalhos especializados, outros bens e outros serviços.

Em sentido contrário, contribuem para o aumento deste tipo de despesas, entre outras rubricas, a locação de material de transporte, os estudos, pareceres, projetos e consultadoria e limpeza e higiene.

1.1.3 Juros e outros encargos

No tocante aos juros e outros encargos correntes prevê-se 405,7 mil euros, próximo do valor do ano anterior.

Este valor contempla o montante de juros a pagar com a utilização, do empréstimo contratualizado, em 2018, e do novo empréstimo no montante de até 56,5 milhões de euros.

1.1.4 Transferências correntes

As transferências correntes, com um aumento previsto de 38,7 mil euros, englobam, entre outras, as transferências para as freguesias, para instituições sem fins lucrativos e, no âmbito social, para famílias e instituições.

No domínio das transferências correntes para as freguesias registam-se os contratos interadministrativos de delegação de competências com 4,2 milhões de euros, os orçamentos colaborativos com 1,085 milhões de euros e ainda para Fundo de Dinamização do Movimento Associativo Popular que ascende a 455 mil euros.

No contexto do funcionamento do ensino pré-escolar e 1º CEB assinalam-se os apoios aos agrupamentos em termos de ação social escolar, de acordo com os critérios definidos pelo Ministério da Educação, e no contexto da descentralização e autonomia dos mesmos, bem como os efetuados no âmbito dos programas de generalização de refeições e lanches escolares e de enriquecimento curricular.

Nas instituições sem fins lucrativos, prevê-se a continuação dos apoios de caráter social, nomeadamente para os apoios do Município enquanto investidor social em vários projetos do Programa de Parcerias para o Impacto, para dinamização do projeto Porto Amigo, e para instituições sociais e restaurantes solidários. Para as ações de interesse cultural, destacam-se as transferências no âmbito de coproduções e prémios e para o Criatório, *Shuttle*, *Porto Film Comission*.

Destacam-se ainda nas transferências correntes os apoios no âmbito da promoção do comércio tradicional e de proximidade e programa de apoio a economia da cidade.

Neste agrupamento inscreve-se também uma dotação para eventuais indemnizações.

1.1.5 Subsídios para as Empresas Municipais e Participadas

Neste agrupamento económico prevêem-se os fluxos financeiros não reembolsáveis para as empresas municipais e participadas do universo da Câmara, destinadas ao seu equilíbrio financeiro.

Quadro 16 – Subsídios para as empresas municipais e participadas

(Un:euro)

Designação	2021	2022
Gestão e Obras do Porto, E.M.	3 620 000	3 767 500
CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manut. do Município do Porto, E.M.	711 160	3 548 021
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A.	7 936 219	9 124 770
Porto Vivo, SRU - Soc. Reab. Urbana do Porto, E.M., S.A.	1 845 686	1 824 561
Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.	13 243 495	15 552 725
CMPEAE - Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, E.M.	1 033 531	1 753 980
STCP — Sociedade de Transportes Coletivos do Porto	5 993 197	7 187 266
Fundação Casa da Música	240 000	240 000
Total	34 623 288	42 998 823

O acréscimo neste agrupamento económico, que face ao ano anterior é de 24,2% e em termos absolutos representa 8,4 milhões de euros, justifica-se, nomeadamente, pelo aumento do subsídio à exploração da empresa municipal Ágora; à Porto Ambiente; à Águas e Energia do Porto, decorrente da assunção das competências objeto da transferência legal operada relativamente à limpeza pública e à gestão de resíduos urbanos nas praias do Porto e à DomusSocial, uma vez que esta empresa passou a assegurar a gestão, implementação e operacionalização do programa municipal Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social.

Prevê-se um ligeiro aumento na dotação do subsídio à exploração para a empresa municipal GO Porto e uma redução no subsídio destinado à Porto Vivo, SRU.

No âmbito do Contrato de Serviço Público com a STCP encontra-se inscrito o valor de 7,2 milhões de euros, o qual corresponde a 50% dos encargos estimados para 2022, admitindo-se, por isso, um reforço desta dotação em sede da 1.ª revisão ao orçamento municipal.

O contrato-programa com a Fundação Casa da Música mantém a dotação igual ao ano anterior

1.2 Despesas de capital

As despesas de capital, com um peso no orçamento de 2022 inferior ao de 2021 representam 37,2 % da despesa total e totalizam 118,6 milhões de euros, menos 14,4 milhões de euros que no ano anterior.

1.2.1 Aquisição de bens de capital

Este agrupamento económico, com um valor orçado de 114,4 milhões de euros, e um peso de 35,9 % no valor global do orçamento, agrega os investimentos com intervenção direta da autarquia e os investimentos realizados através das empresas municipais GO Porto e DomusSocial, e pela Associação Porto Digital no âmbito do contrato de Gestão de Empreendimentos e Infraestruturas Tecnológicas.

Quadro 17 - Investimento a realizar pela Autarquia, Empresas Municipais e Participadas

(Un.: euro)

Natureza Económica	Serviços Municipais	Empresas Municipais e Participadas	Total
- Terrenos	587 500		587 500
- Habitações	10 123 893	17 422 734	27 546 627
- Edifícios e outras construções	14 460 608	59 763 677	74 224 285
- Maquinaria e equipamento	7 402 315		7 402 315
- Outros	404 373	4 236 000	4 640 373
Total	32 978 689	81 422 411	114 401 100

Do total do investimento da autarquia, 28,8% respeitam a investimento a ser realizado pelos serviços municipais, sendo os restantes 71,2% executados pelas empresas municipais e participadas.

O investimento em terrenos e nas diversas rubricas que englobam a aquisição de material e equipamentos é realizado, na totalidade, através dos serviços municipais.

Na habitação, cerca de 63,2% do investimento é aplicado na habitação social através da DomusSocial. Se a este valor se acrescentarem cerca de 3,9 milhões de euros⁴para manutenção do parque habitacional por recurso às rendas, o investimento destinado à

⁴ Valor previsto no IGP da DomusSocial – 2022-2026

requalificação da habitação pública sobe para 21,3 milhões de euros, sublinhando-se, assim, o investimento da habitação como uma prioridade.

Quadro 18 - Investimento global por natureza económica

(Un.: euro)

Natureza económica	2021	2022	Variação	
			Valor	%
Aquisição de bens de capital				
Investimentos				
Terrenos	3 216 950	587 500	-2 629 450	-81,7%
Habitações	33 745 652	27 546 627	-6 199 025	-18,4%
Aquisição	9 554 051	10 123 893	569 842	6,0%
Reparação e beneficiação	24 191 601	17 422 734	-6 768 867	-28,0%
Edifícios	39 121 673	31 100 838	-8 020 835	-20,5%
Instalações de serviços	3 285 382	7 410 825	4 125 443	125,6%
Instalações desportivas e recreativas	4 382 000	6 315 000	1 933 000	44,1%
Mercados	19 927 518	6 644 043	-13 283 475	-66,7%
Escolas	11 525 773	10 729 970	-795 803	-6,9%
Outros	1 000	1 000	0	0,0%
Construções diversas	37 727 429	43 123 447	5 396 018	14,3%
Viadutos, arruamentos, obras complem	29 070 723	34 886 573	5 815 850	20,0%
Parques e jardins	7 365 206	7 300 547	-64 659	-0,9%
Outros	1 291 500	936 327	-355 173	-27,5%
Material de transporte	810 841	879 266	68 425	8,4%
Equipamento de informática	432 900	443 828	10 928	2,5%
Software informático	2 479 613	1 739 603	-740 010	-29,8%
Equipamento administrativo	413 190	400 132	-13 058	-3,2%
Equipamento básico	4 792 651	3 939 486	-853 165	-17,8%
Ferramentas e utensílios	107 100	165 100	58 000	54,2%
Artigos e objetos de valor	176 823	126 823	-50 000	-28,3%
Outros investimentos	5 636 683	4 348 450	-1 288 233	-22,9%
Total	128 661 505	114 401 100	-14 260 405	-11,1%

No domínio da aquisição de bens de capital, a dotação inscrita em terrenos respeita a aquisições e/ou expropriações.

Do investimento global destinado à habitação (27,5 milhões de euros), cerca de 63,2% (17,4 milhões de euros) são aplicados na grande reabilitação das habitações públicas através da empresa municipal DomusSocial. O restante investimento de 36,8% constituem dotação afeta aos serviços municipais.

Dos 31,1 milhões de euros de investimento em edifícios 34,5% respeitam a investimento em escolas, nomeadamente, para a finalização da requalificação da Escola Alexandre

Herculano e para as Escolas Básicas do Falcão, Agra do Amial e dos Correios, 20,3% em instalações desportivas e recreativas com destaque para o Campo do Outeiro, a Piscina Armando Pimentel e a construção do Complexo Desportivo Municipal, e 21,4% nos mercados, essencialmente no Mercado do Bolhão.

O investimento na rede viária e obras complementares corresponde a 30,5% do investimento global, com uma dotação orçamental de 34,9 milhões de euros, sendo da responsabilidade da GO Porto a realização de cerca de 75,2% destas intervenções, com especial destaque para o programa Rua Direita, para a Praça da República, requalificação da Quinta da Mitra, para além da beneficiação e requalificação de outras redes viárias, nomeadamente Rua das Andresas, Rua das Eirinhas, Ligação Avenida Sidónio Pais à R. Frederico Ozanam e Rua de Costa Cabral.

Destaca-se ainda neste domínio o investimento na promoção da eficiência e diversificação energética, com cerca de 6,5 milhões de euros.

Para a beneficiação dos Parques e Jardins serão investidos cerca de 7,3 milhões de euros, que representam 6,4% do investimento total, com relevo para a reabilitação e beneficiação do Parque da Cidade - remate Poente, construção dos “Corredores Saudáveis” e beneficiação do Parque de S.Roque.

Do restante investimento destacam-se em equipamentos, o hardware e software informáticos com 2,2 milhões de euros e o equipamento básico com 3,9 milhões de euros. Nos equipamentos básicos têm especial relevância os equipamentos para as infraestruturas, valorização e requalificação de espaços verdes, para manutenção e expansão do sistema de gestão de mobilidade, escolas e jardins-de-infância e para equipamento específico para o Batalhão de Sapadores de Bombeiros e Polícia Municipal.

Nos outros investimentos, 97,4% da dotação corresponde ao investimento a efetuar pela GO Porto, com destaque para o Cinema Batalha, Ateliê António Carneiro e o Museu CACE.

1.2.2 Transferências de capital

Para transferências de capital prevê-se o valor de 3,2 milhões de euros, o qual contempla dotação para o Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, LIPOR, dotação que se admite ser reforçada em sede da 1ª revisão ao

orçamento de 2022, para o Fundo de Dinamização do Movimento Associativo Popular e para as áreas da cultura e da coesão social.

1.3 Serviço da dívida

O serviço da dívida (amortizações e juros) estima-se em 405,5 mil euros.

Quadro 19 - Variação da Dívida

(Un.: euro)

Capital em dívida 31/12/2021 ^(*)	Utilizações em 2022	Encargos do ano 2022		Capital em dívida 31/12/2022	Variação Valor
		Amortizações	Juros		
16 746 828	71 573 134	0	405 541	88 319 963	71 573 134

(*) estimativa

Em dezembro de 2022 a dívida de médio e longo prazo estima-se em 88,3 milhões de euros representando, relativamente a 2021, uma variação previsível do endividamento bancário de cerca de 71,6 milhões de euros. Este aumento decorre da utilização do empréstimo contratualizado em 2018, que se estima em 15,1 milhões de euros, e do novo empréstimo no valor de até 56,5 milhões de euros adjudicado em 2020 que se encontra em apreciação pelo Tribunal de Contas.

Salienta-se que, com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios passaram a estar sujeitos a um limite para a dívida total que engloba a totalidade dos empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento.

De acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 52º do mesmo diploma, sempre que o Município cumpra o limite previsto só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

1.4 Estrutura e distribuição do orçamento pelos serviços responsáveis

As despesas orçamentais para o ano de 2022 estão agrupadas de acordo com uma estrutura que visa valorizar a dimensão política do orçamento e flexibilizar a gestão

orçamental na sua componente técnica, responsabilizando cada um dos dirigentes de serviço municipal pela execução do seu orçamento e, em consequência, pelos resultados a alcançar.

Desta forma, o orçamento decompõe-se em 3 classificações orgânicas: a 01 - Assembleia Municipal, que identifica a despesa decorrente do funcionamento deste órgão, a 02 - Câmara Municipal, que inclui para além da despesa afeta ao executivo a despesa prevista para todas as direções e serviços municipais e a 03 - Operações Financeiras que inclui os ativos e passivos financeiros, bem como os juros e outros encargos.

Quadro 20 - Orçamento por Unidade Orgânica

(Un.: euro)

Designação	Despesas Correntes	%	Despesas de Capital	%	Total	%
01 Assembleia Municipal	192 050	0,1%	0	0,0%	192 050	0,1%
02 Câmara Municipal	199 822 996	99,7%	118 578 813	100,0%	318 401 809	99,8%
03 Operações Financeiras	405 721	0,2%	420	0,0%	406 141	0,1%
Total	200 420 767	100,0%	118 579 233	100,0%	319 000 000	100,0%

A agregação das despesas por classificação orgânica e económica baseou-se na estruturação dos Projetos/Atividades/Ações identificadas pelas Direções Municipais ou equiparadas e enviadas à Direção Municipal de Finanças e Património através da base de dados e nos termos da Ordem de Serviço NUD/364235/2021/CMP, de que resultou a estrutura por serviço responsável.

Quadro 21 - Despesas correntes e de capital por serviço responsável

(Un.: euro)

Serviço Responsável	Despesas Correntes	%	Despesas Capital	%	Total	%
Assembleia Municipal	192 050	0,1%	0	0,0%	192 050	0,1%
Câmara Municipal	199 822 996	99,7%	118 578 813	100,0%	318 401 809	99,8%
Executivo Municipal	7 826 084	3,9%	1 122 112	0,9%	8 948 196	2,8%
D. M. da Presidência	1 666 287	0,8%	51 823	0,0%	1 718 110	0,5%
D. M. Finanças e Património	52 028 238	26,0%	94 535 974	79,7%	146 564 212	45,9%
D. M. Recursos Humanos	84 746 756	42,3%	10 000	0,0%	84 756 756	26,6%
Dep. M. Gestão Cultural	3 459 055	1,7%	1 701 189	1,4%	5 160 244	1,6%
D. M. Mobilidade e Transportes	16 475 886	8,2%	10 281 583	8,7%	26 757 469	8,4%
D. M. Urbanismo	2 492 531	1,2%	64 450	0,1%	2 556 981	0,8%
Dep. M. Sistemas de Informação	2 203 799	1,1%	2 223 031	1,9%	4 426 830	8,4%
Polícia Municipal	5 212 765	2,6%	268 413	0,2%	5 481 178	0,8%
Batalhão Sapadores de Bombeiros	502 180	0,3%	795 000	0,7%	1 297 180	1,4%
D. M. Serviços Jurídicos	702 900	0,4%	5 400	0,0%	708 300	1,7%
D. M. Educação	5 849 821	2,9%	262 733	0,2%	6 112 554	1,9%
Dep. M. Turismo e Comércio	2 593 270	1,3%	591 874	0,5%	3 185 144	1,0%
Dep. M. Fiscalização	254 388	0,1%	9 000	0,0%	263 388	0,1%
Dep. M. Coesão Social	3 500 727	1,7%	185 535	0,2%	3 686 262	1,2%
D. M. de Serviços ao Município	478 515	0,2%	20 000	0,0%	498 515	0,2%
Div. M. da Juventude	147 750	0,1%	1 000	0,0%	148 750	0,0%
Gab. Gestão Fundos Europeus e Inst. Financiamento	120 365	0,1%	2 000	0,0%	122 365	0,0%
Serv. M. de Proteção Civil	98 455	0,0%	27 250	0,0%	125 705	0,0%
Dep. M. de Planeamento e Gestão Ambiental	1 445 141	0,7%	347 901	0,3%	1 793 042	0,6%
Dep. M. de Espaços Verdes e G. de Infraestruturas	7 581 394	3,8%	6 069 170	5,1%	13 650 564	4,3%
Dep. M. de Economia	421 663	0,2%	250	0,0%	421 913	0,1%
Dep. M. de Proteção de Dados	10 330	0,0%	2 125	0,0%	12 455	0,0%
Dep. M. de Descentralização Administrativa	4 696	0,0%	1 000	0,0%	5 696	0,6%
Operações Financeiras	405 721	0,2%	420	0,0%	406 141	0,1%
Total	200 420 767	100,0%	118 579 233	100,0%	319 000 000	100,0%

Os serviços responsáveis que dispõem de maior dotação orçamental são a Direção Municipal de Finanças e Património, fundamentalmente pela centralização das dotações afetas às entidades participadas, e a Direção Municipal de Recursos Humanos, que concentra todas as despesas com pessoal.

Das restantes direções municipais, a Direção Municipal Mobilidade e Transportes é a que dispõe da maior dotação orçamental, com 26,8 milhões de euros, seguida do Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas com 13,7 milhões de euros, do Executivo com 8,9 milhões de euros, da Direção Municipal de Educação com 6,1 milhões de euros, da Polícia Municipal com 5,5 milhões de euros, do Departamento Municipal de Gestão Cultural com 5,2 milhões de euros e do Departamento Municipal de Sistemas de Informação com 4,4 milhões de euros.

1.5 Áreas de intervenção das Grandes Opções do Plano (GOP)

As despesas relevantes que concorrem para os objetivos, programas, projetos ou atividades e ações deram origem às Grandes Opções do Plano (GOP), que integram o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades mais Relevantes (PAR).

O Plano Plurianual de Investimentos reflete todos os projetos e ações que implicam despesas orçamentais destinadas ao investimento, as quais são classificadas na rubrica económica 07 – Aquisições de bens de capital.

Os investimentos indiretos realizados pelas empresas municipais, e que são parte integrante dos investimentos do Município, integram igualmente o PPI.

Desta forma, o PPI reflete não só os investimentos diretos que a autarquia promove e desenvolve no âmbito dos objetivos e programas que são definidos como prioritários, bem como os investimentos indiretos.

São 7 os objetivos estratégicos transversais ao Município que enquadram o programa autárquico sufragado em 2021, e integram as GOP para 2022.

Quadro 22 - Grandes Opções do Plano por objetivos e programas

(Un.: euro)

Objetivos	PPI	PAR	Total
01 Cultura e Património	4 416 500	13 572 766	17 989 266
Apoio e financiamento à criação contemporânea		1 122 639	1 122 639
Equipamentos e programas municipais	4 416 500	12 450 127	16 866 627
02 Economia, pessoas e inovação	17 670 226	11 930 347	29 600 573
Consolidação da estratégia económica da cidade	5 579 018	3 403 508	8 982 526
Educação	10 947 881	5 686 207	16 634 088
Inovação e transição digital	1 143 327	2 840 632	3 983 959
03 Ambiente, energia e qualidade de vida	26 190 832	34 995 899	61 186 731
Ambiente	9 237 503	13 645 358	22 882 861
Energia e transição energética	9 642 596	6 213 590	15 856 186
Qualidade de vida urbana	7 310 733	15 136 951	22 447 684
04 Urbanismo e habitação	34 832 895	5 682 162	40 515 057
Regeneração urbana	34 385 252	5 423 162	39 808 414
Qualificação do ambiente urbano e espaço público	34 450	194 000	228 450
Gestão urbanística	413 193	65 000	478 193
05 Coesão social	17 628 884	15 554 177	33 183 061
Grupos sociais específicos	39 000	1 465 773	1 504 773
Saúde	89 750	2 657 591	2 747 341
Outras dimensões de intervenção social	77 400	8 730 813	8 808 213
Habitação social	17 422 734	2 700 000	20 122 734
06 Mobilidade	7 037 356	15 142 616	22 179 972
Transporte público	990 000	10 304 106	11 294 106
Modos suaves	2 546 700	431 160	2 977 860
Logística urbana	0	98 400	98 400
Transporte individual - processo de transição	3 500 656	4 308 950	7 809 606
07 Governância da Câmara	6 624 407	107 720 933	114 345 340
Funcionamento dos serviços	6 624 407	100 151 213	106 775 620
Operações financeiras	0	406 141	406 141
Outros	0	7 163 579	7 163 579
Total	114 401 100	204 598 900	319 000 000

O valor global estimado da despesa na ótica das Grandes Opções do Plano, apresentado para 2022, é de 319 milhões de euros, dos quais 114,4 milhões de euros respeitam ao Plano Plurianual de Investimentos e 204,6 milhões de euros ao conjunto de ações identificadas como Ações Relevantes.

No PPI destacam-se o peso dos investimentos a realizar, no âmbito da Regeneração Urbana (30,1%), Habitação Social (15,2%), Educação (9,6%), Ambiente (8,1%), Energia e transição energética (8,4%) e Qualidade de vida urbana (6,4%).

A análise pormenorizada do Plano Plurianual de Investimentos permitirá ainda identificar ação a ação, a sua finalidade, a entidade responsável pela sua execução, a dotação atribuída e a sua extensão temporal.

Os objetivos para o ano 2022 contemplam as principais prioridades decorrentes do programa eleitoral de 2021.

1. Cultura e Património com uma dotação de 18 milhões de euros (representa 5,6% do orçamento municipal) compreende os programas:

- 1. Apoio e financiamento à criação contemporânea** com uma dotação de 1,1 milhões de euros incorpora os projetos no âmbito da promoção cultural “*Criatório, Shuttle e Porto Film Commission*” e Fundação de Serralves.
- 2. Equipamentos e programas municipais** com uma dotação de 16,9 milhões de euros inclui os projetos no âmbito da promoção cultural, a feira do livro, de exposições, de apoios, coproduções e prémios e de desenvolvimento de novos espaços culturais. Prevê-se intervenções a realizar através da GO Porto, no valor de 4,2 milhões de euros, no Cinema Batalha, Museu CACE, Ateliê António Carneiro e na Biblioteca Pública Municipal do Porto, incluindo-se ainda aqui o contrato-programa e o contrato de prestação de serviços outorgados com a empresa municipal *Ágora* para dinamizar e promover o Porto junto dos seus munícipes e daqueles que o visitam, nomeadamente através da dinamização de eventos e programas de natureza cultural.

2. Economia, Pessoas e Inovação com uma dotação de 29,6 milhões de euros (representa 9,3% do orçamento municipal) compreende os programas:

- 1. Consolidação da Estratégia Económica da Cidade** com uma dotação de 9 milhões de euros incorpora o valor de 5,5 milhões de euros para concretização da reabilitação do Mercado do Bolhão, os projetos para a promoção do comércio tradicional e de proximidade, para a dinamização económica e atração de investimento, para otimização da marca Porto., continuando ainda a assegurar e operacionalizar o acesso aos serviços e produtos do Porto junto de todos os turistas nacionais e internacionais através de contrato a ser celebrado com a Associação de Turismo do Porto (ATP).
- 2. Educação** com uma dotação de 16,6 milhões de euros são afetos 10,6 milhões de euros a investimentos a realizar pelas empresas municipais nas escolas, com destaque para a finalização da requalificação da Escola Alexandre Herculano.

Dá-se continuidade ao programa municipal Porto de Atividades, Porto de Futuro e o projeto Porto de Crianças - Atividades de Coadjuvação Curricular. Mantém-se os apoios no âmbito da ação social escolar e o fornecimento de refeições de almoço. Estão previstas despesas a serem financiadas no âmbito do Norte 2020 para as Escolas Básicas do Falcão, dos Correios e do Cerco. Prevê-se ainda, em 2022, iniciar o reforço da Rede de Creches da Cidade, garantindo-se pelo menos uma creche em cada freguesia.

- 3. Inovação e Transição Digital** com uma dotação de 4 milhões de euros, destacam-se os projetos que serão desenvolvidos pela Associação Porto Digital no valor estimado de cerca de 3 milhões de euros, nomeadamente serviços de comunicações para infraestruturas da cidade e infraestruturas críticas, expansão da rede WI-FI, desenvolvimento de serviços digitais inovadores e promoção da inovação e empreendedorismo.

3. Ambiente, Energia e Qualidade de vida com uma dotação de 61,2 milhões de euros (representa 19,2% do orçamento municipal) compreende os programas:

- 1. Ambiente** com uma dotação prevista de 22,9 milhões de euros contempla 9,1 milhões de euros para a empresa municipal Porto Ambiente e 3,9 milhões de euros para investimentos a realizar pela GO Porto. Para a valorização e requalificação dos espaços verdes serão aplicados 2,2 milhões de euros e 6,4 milhões de euros em conservação de infraestruturas. Inclui-se ainda os projetos de gestão ambiental e gestão cemiterial, os projetos financiados “LIFE”, “Urbinat” City Loops, FoodHubs e Reebots, e a comparticipação de capital para a LIPOR.
- 2. Energia e Transição Energética** com uma dotação inscrita de 15,9 milhões de euros reflete o investimento de 6,5 milhões de euros para substituição por tecnologia LED e iluminação pública em vários arruamentos da cidade, 2,8 milhões de euros para a gestão da frota e a transferência para a Empresa Municipal Águas e Energia do Porto de 4 milhões de euros no âmbito do contrato programa e contrato de prestação de serviços.
- 3. Qualidade de Vida Urbana** com uma dotação inscrita de 22,4 milhões de euros contempla as dotações para a vigilância e segurança, para o planeamento de emergência, assegurando-se ainda os meios necessários para a resposta de

proteção civil e socorro. Através da GO PORTO encontra-se previsto o valor de 6,2 milhões de euros, com destaque para as intervenções no Campo do Outeiro, Piscina Armando Pimentel e Complexo Desportivo Municipal. Inclui-se ainda as transferências para a Ágora para assegurar a dinamização de eventos e programas desportivos, recreativos e de entretenimento.

4. Urbanismo e Habitação com uma dotação de 40,5 milhões de euros (representa 12,7% do orçamento municipal) compreende os programas:

- 1. Regeneração Urbana** com uma dotação de 39,8 milhões de euros incorpora o investimento a realizar pela GO Porto no montante de 22,9 milhões de euros sendo de realçar as obras - Programa Rua Direita, a Praça da República (Jardim e Envolvente) e a requalificação da Quinta da Mitra, entre outras; 9,2 milhões de euros para aquisições/permutas/expropriações de terrenos e/ou edifícios; para o contrato-programa com a Porto Vivo, SRU para gestão das operações de reabilitação urbana (ORU's) das Áreas de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto, de Campanhã – Estação e da Corujeira; para o Programa Porto com Sentido e ainda para o desenvolvimento de projetos e estudos urbanísticos.
- 2. Qualificação do Ambiente Urbano e Espaço Municipal** com uma dotação de 228,5 mil euros para o desenvolvimento de projetos de gestão do espaço público.
- 3. Gestão Urbanística** com uma dotação de 478,2 mil euros, essencialmente para aquisição/reabilitação de imóveis.

5. Coesão Social com uma dotação de 33,2 milhões de euros (representa 10,4% do orçamento municipal) compreende os programas:

- 1. Grupos Sociais Específicos** com uma dotação de 1,5 milhões de euros contempla, no âmbito do desenvolvimento social, as transferências para o Programa de Parcerias para o Impacto (Portugal Inovação Social); apoio para a dinamização de Restaurantes Solidários e Hospital Joaquim Urbano, entre outros.

2. **Saúde** com uma dotação inscrita de 2,7 milhões de euros contempla dotação para eventuais despesas no âmbito do COVID e para o Programa Consumo Vigiado.

3. **Outras dimensões de intervenção social** no montante de 8,8 milhões de euros contempla as transferências para as Juntas de Freguesia no âmbito da delegação de competências da autarquia, para os orçamentos colaborativos, e também para o Fundo de Dinamização do Movimento Associativo Popular e ainda dotação para as despesas no âmbito do projeto financiado AIIA.

4. **Habitação Social** com uma dotação de 20,1 milhões de euros contempla o investimento de 17,4 milhões de euros a realizar no Parque habitacional social, pela DomusSocial, assim como 2,7 milhões de euros para o programa municipal Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social, cuja gestão, implementação e operacionalização passou a ser assegurada por essa empresa municipal.

6. **Mobilidade** com uma dotação de 22,2 milhões de euros (representa 7% do orçamento municipal) compreende os programas:
 1. **Transporte Público** com uma dotação 11,3 milhões de euros integra o montante de 7,2 milhões de euros para a STCP no âmbito do Contrato de Serviço Público; 2 milhões de euros para a gestão dos parques de estacionamento, interfaces, terminais e CAAQ e cerca de 1 milhão de euros para a promoção de transporte público. Pela GO Porto prevê-se a realização de obras no Projeto do Terminal Intermodal de Campanhã e passagem inferior pedonal TIC no valor de 980 mil euros.

 2. **Modos Suaves** com uma dotação de 3 milhões de euros destacam-se as intervenções a efetuar por parte da GO Porto nos Percursos Pedonais - Ligações Mecanizadas e a construção da Ecopista do Ramal Alfândega. Inclui-se ainda dotação para operação e manutenção do Funicular dos Guindais e do elevador da Lapa.

3. Logística Urbana com uma dotação de 98,4 mil euros afeta ao desenvolvimento e aplicação do plano de logística urbana sustentável do Porto.

4. Transporte Individual – processo de transição com uma dotação de 7,8 milhões de euros, encontra-se na quase totalidade afeta à gestão e manutenção de equipamentos de sinalização e segurança rodoviária; construção, requalificação e manutenção das infraestruturas viárias e manutenção e expansão do sistema de gestão de mobilidade – SGM. Inclui-se ainda dotação para a ação financiada *C Streets*.

7. Governância da Câmara com uma dotação de 114,3 milhões de euros inclui a estimativa dos encargos com o pessoal, no montante de 83 milhões de euros. Em termos funcionais estas despesas estão distribuídas de acordo com a área de intervenção de cada unidade orgânica. Neste objetivo estão ainda contempladas as despesas com o funcionamento geral dos serviços, as Operações financeiras onde se considera o serviço da dívida para o ano 2022 e ainda as intervenções a serem executadas pelas empresas municipais GO Porto e DomusSocial em edifícios municipais.

V. NOTAS FINAIS

1. Orçamentos de outras entidades

Nos termos da alínea b), do nº 2, do artigo 46º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o orçamento deverá ainda incluir os orçamentos de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo Município.

Em cumprimento deste normativo legal, o orçamento municipal inclui os orçamentos das empresas municipais GO Porto, DomusSocial, Ágora, Porto Vivo, SRU e Porto Ambiente. Relativamente à Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, E.M., não é apresentado o orçamento por estar pendente de parecer prévio da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e da Associação Porto Digital cujos documentos não foram obtidos em tempo útil.

Os orçamentos solicitados às entidades participadas sobre as quais o Município exerce a presunção de controlo nos termos da alínea c) do nº 4 e do nº 5, do artigo 75º, da

referida Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, embora solicitados, não foram disponibilizados em tempo.

2. Mapas das entidades participadas pelo Município

Conforme determinado na alínea c) do nº 2, do artigo 46º da Lei acima referida, no Anexo XV apresenta-se o mapa das entidades participadas pelo Município do Porto, bem como a respetiva percentagem de participação e valor correspondente.

3. Responsabilidades contingentes

A identificação e descrição das responsabilidades contingentes a que se refere a alínea a) do nº 1, artigo 46º, do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais constam do Anexo XVI do presente relatório.

VI. ANÁLISE FINANCEIRA

1. Demonstrações financeiras previsionais

O SNC-AP prevê, conforme n.º 17 do ponto 6 da NCP 1, que as entidades públicas preparam demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração dos fluxos de caixa, que devem ser aprovadas pelos Órgãos de Gestão competentes.

Pese embora, nos termos do disposto no artigo 132.º da Lei do Orçamento de Estado para 2021, não se mostre obrigatória, em 2022, o cumprimento da mencionada norma, o Município do Porto optou por preparar as demonstrações financeiras previsionais.

Assim no âmbito do SNC-AP são apresentadas as demonstrações financeiras previsionais de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública.

Relativamente aos valores estimados para 2021 o Município optou por elaborar nova previsão tendo em conta o contexto atual, pelo que não aplicou o balanço previsional apresentado no ano anterior para o ano 2021.

1.1 Balanço Previsional

Quadro 23 - Estrutura do Ativo Previsional

(Un.: euro)

Ativo	2022 €	2021 €	Varição 21-22
Ativo Fixo Tangível	1 470 071 252,00	1 409 540 147,00	4,1%
Propriedades de Investimento	39 596 358,00	40 207 933,00	-1,5%
Ativo Intangível	2 951 793,00	2 861 695,00	3,1%
Participações Financeiras	282 364 447,00	282 364 247,00	0,0%
Outras contas a receber	5 521 732,00	5 521 732,00	0,0%
Ativo Não Corrente	1 800 505 582,00	1 740 495 754,00	3,3%
Inventário	421 840,00	469 931,00	-11,4%
Ativos Biológicos	239 500,00	239 500,00	0,0%
Devedores por Transferência e Subs. não Reembolsáveis	22 937,00	13 711,00	40,2%
Clientes, contribuintes e utentes	13 494 816,00	10 185 967,00	24,5%
Estado e outros entes públicos	45 832,00	45 832,00	0,0%
Outra contas a receber	111 944 890,00	111 139 819,00	0,7%
Diferimentos	2 136 678,00	1 204 959,00	43,6%
Caixa e depósitos bancários	98 971 705,00	78 808 452,00	20,37%
Ativo Corrente	227 278 198,00	202 108 171,00	11,1%
Total	2 027 783 780,00	1 942 603 925,00	4,2%

O total do ativo para 2022 prevê-se que ascenda a 2 027 783 780 euros, o que representa um acréscimo de 4,2% face ao estimado para 2021.

O acréscimo prospetivado no ativo não corrente resulta essencialmente do aumento da rubrica de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis incluem, entre outros, os terrenos e recursos naturais; edifícios e outras construções; infraestruturas, património histórico, artístico e cultural, equipamento de transporte, equipamento básico e administrativo, e respetivas depreciações, assim como ativos fixos tangíveis em curso.

Para o aumento do ativo fixo tangível concorre, o investimento previsto através de intervenção direta da autarquia e o realizado através das empresas municipais, GO Porto e DomusSocial.

No contexto de novos investimentos e de conservação do património consideradas na rubrica de ativos fixos tangíveis em curso, constam as novas construções e a grande reabilitação das habitações públicas, em cerca de 17,4 milhões de euros. Os investimentos em edifícios a serem executados pelas empresas municipais, respeitam a concretização da reabilitação do Mercado do Bolhão, à reabilitação do cinema Batalha, a diversas escolas, com destaque para a finalização da requalificação da escola secundária Alexandre Herculano e nas escolas básicas do Falcão, Agra do Amial e dos Correios e em instalações desportivas e recreativas com destaque para o Campo do Outeiro, a Piscina Armando Pimentel e a construção do Complexo Desportivo Municipal.

No investimento na rede viária e obras complementares destacam-se as intervenções para o programa Rua Direita; a requalificação da Quinta da Mitra; para além da beneficiação e requalificação de outras redes viárias, nomeadamente, da Rua das Andresas, Rua das Eirinhas, Ligação Avenida Sidónio País à Rua Frederico Ozanam e Rua de Costa Cabral.

Do restante investimento, expurgando-se o efeito das depreciações, destacam-se as aquisições de equipamentos, administrativos e informático, nomeadamente *hardware* e equipamento básico. Nos equipamentos básicos, com o montante previsto de 3,9 milhões de euros têm especial relevância os equipamentos para as infraestruturas, valorização e requalificação de espaços verdes, para a manutenção e expansão do sistema de gestão de mobilidade, e para equipamento específico para o Batalhão de Sapadores de Bombeiros e Polícia Municipal.

O ativo intangível inclui, essencialmente, o *software* que não faça parte integrante do ativo fixo tangível, influenciado pelo efeito das depreciações.

No âmbito da transição para SNC-AP, e ao contrário do que se verificava no POCAL, existe neste referencial contabilístico o conceito previsto na NCP 8 - Propriedades de Investimento, que abrange os terrenos ou edifícios (ou parte) detidos para obtenção de rendas ou valorização do capital. Estão, assim, considerados nesta rubrica, os imóveis subjacentes às ocupações ativas, nomeadamente, os ativos referentes a essa

ocupação, constantes do inventário Municipal e identificados no Sistema de Gestão de Ocupações do Património Municipal (SGOPM).

No que respeita às participações financeiras a NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP), que não sendo de caráter obrigatório, é aquele que melhor releva os interesses do Município nas entidades participadas. Assim, o valor previsto das participações financeiras não teve por base a aplicação do MEP, mantendo-se ao custo, uma vez que não foi possível reunir os elementos necessários das Participadas e Associadas.

O ativo corrente representa 11,2% do total do ativo estimando-se um aumento de 11,1% por força das rubricas de caixa e depósitos, clientes, contribuintes e utentes, diferimentos e outras contas a receber.

O aumento de caixa e depósitos está influenciado pela previsão da utilização dos empréstimos de médio e longo prazo, por sua vez para os clientes, contribuintes e utentes está previsto um aumento dos valores a arrecadar no âmbito da taxa de compensação, influenciando os saldos previstos destas contas de terceiros.

As Outras Contas a Receber incluem os devedores por acréscimos (periodização económica), prevendo-se os rendimentos que devam ser reconhecidos no próprio período, mas cuja receita e respetivo recebimento só venha a ocorrer em período ou períodos posteriores.

Assim, em cumprimento do princípio da especialização do exercício, efetuou-se uma estimativa dos montantes relativos aos rendimentos dos impostos e transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente no que concerne ao IMI, à Derrama, e à participação fixa no IRS, tendo por base os valores previstos em cada uma destas rubricas no orçamento da receita.

Os diferimentos dizem respeito a gastos a reconhecer nos períodos seguintes, em cumprimento do regime do acréscimo ou periodização económica, associados aos contratos de seguros e de arrendamento e das transferências e subsídios para as empresas municipais.

1.2 Estrutura do Património Líquido e do Passivo

Quadro 24 - Estrutura do Património Líquido e do Passivo Previsional

(Un.: euro)

Património Líquido e Passivo	2022 €	2021 €	Variação 21-22
Património/Capital	1 114 466 898,00	1 114 466 898,00	0,0%
Reservas	14 245 415,00	13 819 137,00	3,0%
Resultados transitados	254 257 579,00	246 158 302,00	3,2%
Outras variações no Património Líquido	409 470 177,00	406 115 262,00	0,8%
Resultado líquido do período	8 329 222,00	8 525 553,00	-2,4%
Património Líquido	1 800 769 291,00	1 789 085 152,00	0,6%
Provisões	53 740 146,00	51 140 181,00	4,8%
Financiamentos obtidos	84 788 722,00	16 746 828,00	80,2%
Diferimentos	36 205 103,00	36 205 103,00	0,00%
Outras contas a pagar	14 785 045,00	14 785 045,00	0,0%
Passivo Não Corrente	189 519 016,00	118 877 157,00	37,3%
Credores por transf. e subs. não reemb. concedidos	261 196,00	252 852,00	3,2%
Fornecedores	1 108 487,00	1 048 952,00	5,4%
Adiantamento de clientes	1 412 345,00	1 801 935,00	-27,6%
Estado e outros entes publicos	1 658 264,00	1 658 264,00	0,0%
Financiamentos obtidos	3 531 250,00	,00	100,0%
Fornecedores Investimento	500 879,00	455 002,00	9,2%
Outras contas a pagar	24 313 896,00	24 048 793,00	1,1%
Diferimentos	4 709 156,00	5 375 818,00	-14,2%
Passivo corrente	37 495 473,00	34 641 616,00	7,6%
Total	2 027 783 780,00	1 942 603 925,00	4,2%

Estima-se que o Património Líquido ascenda a 1 800 769 291 euros, aumentando 0,6% face a 2021, não se antevendo variações significativas, só as resultantes da aplicação dos resultados líquidos. Nesta componente do Balanço, destaca-se a rubrica de outras variações no património líquido, que inclui, fundamentalmente, os diferimentos relativos aos subsídios obtidos para investimento.

Relativamente ao Passivo não corrente, evidencia-se os financiamentos obtidos resultantes da contratação de empréstimos de médio e longo prazo. O aumento decorre

da utilização do empréstimo contratualizado em 2018, que se estima para 2021 seja na ordem dos 16,7 milhões de euros, e em 2022, na ordem dos 15,1 milhões de euros, ao qual acresce a previsão de utilização do novo empréstimo que encontra-se em apreciação pelo Tribunal de Contas, no valor de até 56,5 milhões de euros. Estima-se para 2022 o valor de 88,3 milhões de euros para financiamentos obtidos, dos quais 3,5 milhões de euros foram inscritos em curto prazo.

No tocante ao passivo corrente, prevê-se que este ascenda a 37 495 473 euros, antecipando-se um crescimento de 7,6% face a 2021. Esta variação, decorre fundamentalmente, da estimativa registada em financiamento obtidos do valor previsto amortizar em 2023, tendo em conta o princípio da exigibilidade, e pelo efeito da rubrica de outras contas a pagar, relacionada com os gastos a reconhecer no próprio período, mas cujo pagamento venha a ocorrer em exercícios futuros, em obediência ao princípio da especialização do exercício. Inclui assim, a estimativa do valor de férias, subsídio de férias e encargos que em 31 de dezembro os trabalhadores já tenham direito a receber, mas cujo processamento e pagamento apenas se verificará no período seguinte. Para além desta componente, considera-se ainda nesta rubrica o valor das cauções prestadas ao Município e as cobranças para terceiros (operações não orçamentais).

1.3 Demonstração dos Resultados por Natureza Previsional

1.3.1. Estrutura dos Rendimentos

Quadro 25 - Estrutura dos Rendimentos Previsionais

Resultados	(Un.: euro)		
	2022 €	2021 €	Varição 21-22
Impostos, contribuições e taxas	156 991 065,00	150 168 067,00	4,3%
Vendas	21 865,00	17 485,00	20,0%
Prestações de serviços e concessões	8 164 118,00	8 352 025,00	-2,3%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	264 534,00	258 229,00	2,4%
Transferências e subsídios correntes obtidos	41 838 622,00	40 967 938,00	2,1%
Outros rendimentos	30 933 422,00	32 331 984,00	-4,5%
Juros e rendimentos similares obtidos	65 695,00	128 359,00	-95,4%
Total	238 279 321,00	232 224 087,00	2,5%

Prevê-se que o total dos rendimentos ascenda a 238 279 321 euros, representando um acréscimo de 2,5% face ao previsto para 2021, determinado essencialmente pelos impostos, contribuições e taxas.

As vendas e prestações de serviços englobam a estimativa das receitas provenientes do arrendamento de casas ou edifícios municipais, para fins habitacionais ou não habitacionais, das refeições escolares, dos parques de estacionamento e cemitérios, entre outras.

As transferências e subsídios correntes obtidos incluem as transferências correntes provenientes do orçamento de Estado, assim como, as relacionadas com financiamento comunitário.

Destacam-se assim neste âmbito as receitas provenientes de Protocolos com o Ministério da Educação no âmbito do pré-escolar, da generalização do fornecimento de refeições escolares e das atividades de enriquecimento curricular, assim como uma parte das transferências correntes, que provém, fundamentalmente, de programas com financiamento comunitário, designadamente de candidaturas apresentadas no âmbito do Portugal 2020 e da UE.

Para os rendimentos provenientes de impostos, contribuições e taxas concorre a estimativa dos montantes relativos a impostos provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente no que concerne ao IMI e à Derrama, em cumprimento do princípio da especialização do exercício.

Relativamente aos outros rendimentos estimados, compreendem essencialmente a previsão do reconhecimento dos rendimentos relacionados com financiamento ao investimento, na proporção das depreciações e amortizações dos respetivos bens subsidiados. No que se reporta à previsível alienação do património imobiliário do Município, não foram consideradas mais ou menos valias.

1.3.2 Estrutura dos Gastos

Quadro 26 - Estrutura dos Gastos Previsionais

(Un.: euro)

Gastos	2022 €	2021 €	Variação 21-22
Custo Mercadorias Vendidas Materias Consumidas	1 760 844,00	1 475 386,00	16,2%
Fornecimentos e serviços externos	40 114 709,00	43 404 521,00	-8,2%
Gastos com pessoal	79 209 040,00	77 130 584,00	2,6%
Transferências e subsídios concedidos	53 985 691,00	46 770 508,00	13,4%
Imparidade de dívidas a receber	- 889 843,00	- 741 536,00	16,7%
Provisões	2 599 966,00	1 451 770,00	44,2%
Outros gastos	993 862,00	3 202 282,00	-222,2%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	52 045 568,00	50 599 858,00	2,8%
Juros e gastos similares suportados	130 262,00	405 161,00	-211,0%
Total	229 950 099,00	223 698 534,00	2,7%

Para os gastos previsionais antecipa-se um total de 229 950 099 euros, afigurando-se um aumento de 6,3 milhões de euros, face ao previsto para 2021. Esta variação decorre do efeito conjugado do aumento das transferências e subsídios concedidos, dos gastos com o pessoal, gastos/reversões de depreciação e amortizações, das provisões e do CMVMC, com a diminuição dos fornecimentos e serviços externos, de outros gastos, de imparidades de dívidas a receber e juros e gastos similares suportados.

As transferências e subsídios concedidos, com um aumento previsto de 7,2 milhões de euros, englobam, entre outras, as transferências para as freguesias, para instituições sem fins lucrativos e ainda no âmbito social. Para os subsídios concedidos o acréscimo estimado face ao ano 2021, justifica-se, nomeadamente, pelo aumento do subsídio às empresas municipais: Ágora; Porto Ambiente; Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, decorrente da assunção das competências objeto da transferência legal operada relativamente à limpeza pública e à gestão de resíduos urbanos nas praias do Porto, e para a DomusSocial, uma vez que esta empresa passou a assegurar a gestão, implementação e operacionalização do programa municipal Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social.

1.3.3 Resultados

Quadro 27 - Resultados Previsionais

(Un.: euro)

Resultados	2022 €	2021 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	60 439 357,00	59 402 213,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	8 393 789,00	8 802 355,00
Resultado líquido do período	8 329 222,00	8 525 553,00

Prevê-se um resultado líquido positivo de 8 329 222 euros que se estima inferior ao de 2021. Este decréscimo resulta essencialmente do aumento previsto nos gastos associados às rubricas de transferências e subsídios concedidos e de gastos de depreciação e amortização.

1.3.4 Indicadores financeiros previsionais

Quadro 28 – Indicadores

Designação	Indicadores	2022	2021
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	88,8%	92,1%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	7,93	11,65
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	6,06	5,83
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário)/Passivo Corrente	6,05	5,82
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	2,64	2,27
EBITDA	Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização	60,44	59,40

Os indicadores financeiros previstos continuam a evidenciar um desempenho positivo do Município estimando-se que em 2022 gere um EBITDA positivo de 60 milhões de euros e que o grau de autonomia financeira seja de 89%.

Câmara Municipal do Porto		
Balço Previsional		Valores em €
RUBRICAS	31-12-2022	31-12-2021
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	1 470 071 252,00	1 409 540 147,00
Propriedades de investimento	39 596 358,00	40 207 933,00
Ativos intangíveis	2 951 793,00	2 861 695,00
Participações financeiras	282 364 447,00	282 364 247,00
Outras contas a receber	5 521 732,00	5 521 732,00
	1 800 505 582,00	1 740 495 754,00
Ativo corrente		
Inventários	421 840,00	469 931,00
Ativos biológicos	239 500,00	239 500,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	22 937,00	13 711,00
Cientes, contribuintes e utentes	13 494 816,00	10 185 967,00
Estado e outros entes públicos	45 832,00	45 832,00
Outras contas a receber	111 944 890,00	111 139 819,00
Diferimentos	2 136 678,00	1 204 959,00
Caixa e depósitos	98 971 705,00	78 808 452,00
	227 278 198,00	202 108 171,00
Total do Ativo	2 027 783 780,00	1 942 603 925,00
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital	1 114 466 898,00	1 114 466 898,00
Reservas	14 245 415,00	13 819 137,00
Resultados transitados	254 257 579,00	246 158 302,00
Outras variações no Património Líquido	409 470 177,00	406 115 262,00
Resultado líquido do período	8 329 222,00	8 525 553,00
Total do Património Líquido	1 800 769 291,00	1 789 085 152,00
Passivo não corrente		
Provisões	53 740 146,00	51 140 181,00
Financiamentos obtidos	84 788 722,00	16 746 828,00
Diferimentos	36 205 103,00	36 205 103,00
Outras contas a pagar	14 785 045,00	14 785 045,00
	189 519 016,00	118 877 157,00
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	261 196,00	252 852,00
Fornecedores	1 108 487,00	1 048 952,00
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 412 345,00	1 801 935,00
Estado e outros entes públicos	1 658 264,00	1 658 264,00
Financiamentos obtidos	3 531 250,00	
Fornecedores de investimentos	500 879,00	455 002,00
Outras contas a pagar	24 313 896,00	24 048 793,00
Diferimentos	4 709 156,00	5 375 818,00
	37 495 473,00	34 641 616,00
Total do Passivo	227 014 489,00	153 518 773,00
Total do Património Líquido e Passivo	2 027 783 780,00	1 942 603 925,00

Câmara Municipal do Porto

Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional

Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	31-12-2022	31-12-2021
Impostos, contribuições e taxas	156 991 065,00	150 168 067,00
Vendas	21 865,00	17 485,00
Prestações de serviços e concessões	8 164 118,00	8 352 025,00
Rendimentos imputados de entidades controladas e associadas	264 534,00	258 229,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	41 838 622,00	40 967 938,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 760 844,00	-1 475 386,00
Fornecimentos e serviços externos	-40 114 709,00	-43 404 521,00
Gastos com pessoal	-79 209 040,00	-77 130 584,00
Transferências e subsídios concedidos	-53 985 691,00	-46 770 508,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	889 843,00	741 536,00
Provisões (aumentos/reduções)	-2 599 966,00	-1 451 770,00
Outros rendimentos	30 933 422,00	32 331 984,00
Outros gastos	-993 862,00	-3 202 282,00
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	60 439 357,00	59 402 213,00
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-52 045 568,00	-50 599 858,00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	8 393 789,00	8 802 355,00
Juros e rendimentos similares obtidos	65 695,00	128 359,00
Juros e gastos similares suportados	-130 262,00	-405 161,00
Resultados antes de impostos	8 329 222,00	8 525 553,00
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8 329 222,00	8 525 553,00

Câmara Municipal do Porto		
Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional	Valores em €	
Rubricas	31-12-2022	31-12-2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	7 478 153,00	7 749 701,00
Recebimentos de contribuintes	147 849 218,00	137 350 784,00
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	44 716 266,00	43 845 282,00
Recebimentos de utentes	4 563 107,00	5 408 935,00
Pagamentos a fornecedores	-44 747 370,00	-47 190 068,00
Pagamentos ao pessoal	-77 215 915,00	-74 908 955,00
Pagamentos a contribuintes e utentes		
Pagamentos de transferências e subsídios	-48 729 985,00	-40 520 293,00
Pagamentos de prestações sociais		-478 425,00
Caixa gerado pelas operações	33 913 474,00	31 256 961,00
Outros recebimentos	3 269 328,00	5 729 888,00
Outros pagamentos	-3 143 454,00	-3 247 696,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	34 039 348,00	33 739 153,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-113 691 075,00	-96 666 813,00
Ativos intangíveis	-937 584,00	-1 401 816,00
Investimentos financeiros	-972 615,00	-3 084 387,00
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	14 827 080,00	16 280 813,00
Subsídios ao investimento	15 350 478,00	20 420 777,00
Transferências de capital	49 801,00	49 801,00
Juros e rendimentos similares	5 735,00	8 439,00
Dividendos	324 494,00	378 149,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-85 043 686,00	-64 015 037,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	71 573 132,00	16 746 828,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		-7 180 037,00
Juros e gastos similares	-405 541,00	-43 743,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	71 167 591,00	9 523 048,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	20 163 253,00	-20 752 836,00
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	78 808 452,00	99 561 288,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	98 971 705,00	78 808 452,00
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes no início do período	78 808 452,00	99 561 288,00
- Equivalentes a caixa no início do período		
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		
- Variações cambiais de caixa no início do período		
= Saldo da gerência anterior	78 808 452,00	99 561 288,00
De execução orçamental	74 700 955,00	95 453 791,00
De operações de tesouraria	4 107 497,00	4 107 497,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	98 971 705,00	78 808 452,00
- Equivalentes a caixa no fim do período		
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		
- Variações cambiais de caixa no fim do período		
= Saldo para a gerência seguinte	98 971 705,00	78 808 452,00
De execução orçamental	94 864 208,00	74 700 955,00
De operações de tesouraria	4 107 497,00	4 107 497,00

ORÇAMENTO. 2022



Estatuto do direito de oposição

PROPOSTAS da CDU para o orçamento da CMP 2022

HABITAÇÃO

- Garantir que todos os fogos municipais e construídos com capitais públicos ou em património público sejam atribuídos mediante o regime de renda apoiada, com base nos rendimentos das famílias, alargando-se o acesso a famílias com rendimentos médios, ao invés de vários programas de acesso à habitação.
- Retomar a suspensão de atribuição de novas licenças para alojamento local no centro da cidade, alargando-a ao Bonfim e St. Ildefonso
- Avançar com o cumprimento da Lei de Bases da Habitação, no que diz respeito às competências do Município, nomeadamente a criação do Conselho Municipal de Habitação, a elaboração da Carta Municipal da Habitação, e a apresentação anual do relatório municipal de habitação – condições essenciais para a futura aprovação de financiamentos da administração central para a construção de habitação social; pugnar por uma matriz de atribuição de habitações municipais mais justa.
- Elaboração imediata de projectos de habitação pública que permitam nova candidatura ao 1º direito, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, e financiamento a 100% do Governo, conforme recente divulgação. Desde logo reorientar o loteamento no Monte da Bela e terrenos das Antas, entre outros, para este financiamento.
- Denúncia do contracto com o Fundo Imobiliário do Aleixo, perante os gigantescos atrasos em cumprir com a entrega dos fogos, e utilização dos terrenos municipais que resultarem da reversão do Fundo Imobiliário para construção de habitação com renda apoiada, insistindo com o governo no financiamento adequado.
- Adopção das medidas necessárias para a conclusão, durante 2021, das diferentes obras de reabilitação das habitações do património, antecipando o investimento para 2022 das habitações municipais devolutas dos bairros Sidónio Pais e Colónia Viterbo Campos (à Arrábida) e de outras, como na Lapa e centro histórico;
- Reforço da verba do Fundo Social de Emergência, alargando e diversificando o número de famílias apoiadas, e do Apoio solidário;
- Dotação de recursos humanos da Domus Social, para apoio social e tratamento de dados de todos os pedidos de Habitação, mesmo todos aqueles que não estão abrangidos pela actual matriz, articulando situações graves com a rede social existente e reencaminhando para IHRU e Segurança Social. Apresentação de relatório semestral dos pedidos aos órgãos autárquicos, ao IHRU e ao governo.

DIREITOS LABORAIS

- Subsídio de Insalubridade, Penosidade e Risco – aplicar a todos os trabalhadores do universo municipal;
- Transferir novamente a gestão da cantina da EM Águas do Porto para a respectiva Casa dos Trabalhadores;
- Implementar o horário de 35h de trabalho para todos em todas as empresas municipais;
- Continuar a regularização de todos os vínculos precários na CMP e nas Empresas Municipais e a internalização de mais serviços públicos.

MOBILIDADE

- Ramal da Alfândega – dedicar prioritariamente a via a transportes públicos colectivos;
- Implementar um plano que permita a colocação de Coberturas e Abrigos nas paragens dos autocarros em que tal for exequível;
- Construir acesso por escada da Rua do Godim à Escola EB2,3 Ramalho de Ortigão;
- Assegurar a manutenção, limpeza e iluminação das diversas passagens inferiores para peões sob as linhas do metro;
- Construir o acesso da Rotunda do Bessa à Rua José Conceição Sousa;

EDUCAÇÃO

- Alargar o programa de actividades de tempos livres, garantindo os horários de “pontas” aos pais do Ensino Básico, com actividades culturais, desportivas e de lazer;
- Alargar programa de férias, à interrupção lectiva do Natal e da Páscoa e aumentar a oferta, incluindo nas férias de Verão, salvaguardando os preços de acesso aos rendimentos das famílias;
- Reabilitar o recreio da Escola da Bandeirinha.

QUESTÕES SOCIAIS

- Maior reivindicação junto do Governo pelo reforço de verbas para o alargamento do apoio social aos “sem abrigo” no ex- Hospital Joaquim Urbano, com a abertura de todas as alas, traduzindo-se num efetivo aumento de vagas;
- Articular com a Administração Central a dedicação de outros equipamentos na zona Ocidental da Cidade para fornecimento de refeições e acolhimento a pessoas sem abrigo, com programa semelhante ao realizado no ex – Hospital Joaquim Urbano, designadamente nas instalações do antigo Quartel da Manutenção Militar, no Ouro;
- Exigir que a Segurança Social supra as carências existentes na área social, designadamente as que a rede social já detectou.

CULTURA, DESPORTO E ASSOCIATIVISMO

- Inscrever um milhão e 200 mil euros para o Fundo de apoio ao movimento Associativo;
- Reforço do programa de emergência social:
 - alargamento do programa Cultura em expansão a mais zonas da Cidade.
 - alargamento do programa de inclusão através da cultura e desporto a outros bairros e zonas carenciadas da Cidade.
 - isentar as associações de bairros e zonas carenciadas do pagamento à EM Ágora da utilização de pavilhões para a prática desportiva
- Projectar e iniciar novas piscinas municipais;
- Projectar e construir um polidesportivo (descoberto) no terreno do antigo campo do Salgueiros;
- Projectar e construir um polidesportivo (descoberto) na Alameda 25 de Abril;
- Avançar com o polidesportivo previsto para as Eirinhas.

ECONOMIA

- Reforço de apoios ao comércio tradicional, designadamente prolongando por todo o ano de 2022 o que já foi aprovado, tendo em conta a situação que vivemos.

URBANISMO E AMBIENTE

- Requalificação dos espaços públicos nos bairros, com urgência para os mais degradados – Nas Campinas é urgente a construção do equipamento que foi destruído;
- Criação de mais duas hortas municipais, em Campanhã e na UF de Cedofeita +5 e plantação de árvores de frutos;
- Requalificação da Praça da Corujeira e sua envolvente e respectivos acessos da zona ao metro do Dragão;
- Reforço da verba para a construção de parques infantis, incluindo no centro histórico da cidade;
- Requalificação do mercado do Viso e do seu espaço envolvente e do mercado de S. Sebastião (Sé);
- Garantir a limpeza regular, a dotação de equipamento de recolha de resíduos, papelerias, a renovação de contentores;
- Manutenção e limpeza regular dos recintos desportivos;
- Criação de espaços e equipamentos para convívio e lazer, designadamente de crianças, jovens e idosos;
- Necessidade de rever condições dos serviços de limpeza urbana visando uma maior qualidade e cobertura do serviço; internalizar os serviços de limpeza urbana;
- Aumentar os depósitos enterrados de resíduos sólidos;
- Criar um programa urgente de promoção da ligação de habitações à rede de saneamento por parte da EM Águas do Porto, incluindo redução de taxas e de facilitação da burocracia.

Porto, 12 de Novembro de 2021

Pela CDU

A Vereadora

Ilda Figueiredo

Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2022

Propostas do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal são dois instrumentos fundamentais na orientação política da Câmara Municipal do Porto (CMP) e devem dar resposta às necessidades das pessoas que vivem e trabalham na cidade.

O Bloco de Esquerda defende que a discussão e elaboração destes documentos deveria, também por isso, ser um processo amplamente participado, não só pelos partidos políticos, mas por toda a população, em sessões abertas a realizar nas várias freguesias.

Entende ainda o Bloco de Esquerda, tal como tem defendido na Assembleia Municipal, que a discussão e votação que diz respeito à fixação das taxas e impostos inerentes a este processo (IMI, IRS, Derrama, Direitos de Passagem) deve ser feita em reunião prévia à discussão do orçamento, que por sua vez deve ser elaborado com base no resultado daquelas votações pelas forças políticas representadas na Assembleia Municipal, sob pena de não só deslegitimar o órgão fiscalizador da atividade do Município, como de esvaziar a respetiva discussão, como aconteceu no passado. Esta foi aliás uma discussão que no mandato anterior se traduziu num compromisso - nunca cumprido - do Presidente da Câmara de que esta discussão se faria bem antes da discussão do orçamento.

Não sendo essa a prática e aparentemente não sendo esse o entendimento do Executivo municipal, o Bloco assume as suas responsabilidades políticas e apresenta um conjunto de propostas que considera fundamentais para que o orçamento municipal para 2022 dê resposta a alguns dos principais problemas da cidade, contribuindo assim, de forma crítica e construtiva, para a sua elaboração.

Considerando o exposto e ao abrigo do estipulado na Lei n.º 24/98, de 26 de Maio – Estatuto do Direito de Oposição, Direito de Consulta Prévia, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda vem apresentar ao Presidente da Câmara Municipal do Porto as seguintes propostas:

A) COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES

1. **Preparar um Plano Municipal integrado de combate à pobreza:** o Bloco propõe a criação de um Plano Municipal Integrado de Combate à Pobreza que tenha como principais linhas de orientação: a produção sistematizada de conhecimento, a definição de áreas prioritárias de intervenção e o desenho de um modelo articulado de actuação entre todas as áreas de governação, contando com a planificação da utilização dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência e dos Quadros Plurianuais de Financiamento comunitário para a definição e implementação desta estratégia.
2. **Resgate de uma resposta de intervenção comunitária e integrada nos bairros de habitação camarária** a concretizar através da criação de pelo menos 30 equipas técnicas multidisciplinares para este objetivo.
3. **Criação da Tarifa Social da Água automatizada:** A criação de um regime de atribuição automática da tarifa social da água, aprovado em 2017, reconhece o direito básico a um recurso potencialmente escasso que não deve ser alvo de discriminação ou exclusão no seu acesso público e universal. De acordo com esse regime (Decreto-Lei n.º 147/2017), compete a cada município implementar e financiar o desconto da tarifa social, em benefício dos agregados familiares em situação de carência económica. Em 2018, a Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) emitiu uma recomendação que aponta a aplicação deste instrumento como uma garantia necessária para o acesso justo aos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos. No Porto, a criação e aplicação automática da Tarifa Social da Água beneficia de imediato, cerca de 19 mil famílias em situação de carência económica, representando uma poupança anual significativa para cada agregado.
4. **Transferência de verbas para as freguesias:** reforçar em pelo menos 10% a verba global a transferir para as Freguesias no âmbito dos contratos de delegação de competências, com vista ao reforço da sua capacidade de atuação em matéria de ação social, garantia de serviços de proximidade e outras relacionadas com a resposta à crise;

5. **Implementação de medidas de apoio às pessoas mais velhas e aos cuidadores informais:** em cumprimento do previsto na Lei n.º 100/2019 (nº 2 do art.º 4º, alínea h), nºs 1 e 10 do art.º 7.º), implementar um diagnóstico local que caracterize a realidade em que vivem as pessoas mais velhas e recolha dados sobre as situações de prestação de cuidados informais que já ocorrem; promoção de iniciativas de aconselhamento e acompanhamento; criação de respostas de intervenção complementares, nomeadamente de uma rede de cuidadores e de camas em equipamentos adequados para assegurar o descanso do cuidador; e reforço a nível local da campanha de divulgação do Estatuto do Cuidador, mobilizando recursos de proximidade da autarquia, como a Domus Social ou a Polícia Municipal;

B) HABITAÇÃO

6. **Reabilitação e/ou construção de mais 5.000 fogos habitacionais públicos e revisão do Regulamento da Habitação Municipal:** a) iniciar, em 2022, os procedimentos necessários à construção de novas habitações públicas para suprir as necessidades habitacionais da população, um investimento imprescindível para travar o desastre demográfico em curso; b) o regulamento do Parque Habitacional deve garantir o acesso a famílias de baixos e médios recursos à habitação pública, a custos controlados e acessíveis, no entanto, embora revisto no último mandato, deixa de fora muitas situações de carência ou sobrecarga habitacional. Garantir o direito à habitação passa por garantir um parque habitacional público e regulamentos que não sejam excludentes de quem não consegue responder a esse direito, não devendo impor medidas que não estão previstas na lei geral e que constroem o acesso constitucional ao direito à habitação.
7. **Suspensão temporária de novos registos e implementação do Regulamento Municipal de Alojamento Local:** o fim da pandemia não pode significar o regresso à proliferação descontrolada do AL na cidade, à conversão de mais habitação para fins turísticos ou transitórios ou na manutenção de registos inativos. O Bloco propõe a suspensão temporária de novos registos nas zonas mais sobrecarregadas e a revisão e implementação de um regulamento que não aceite que metade de uma zona da cidade possa não responder por quem nela vive, devolvendo o debate à cidade.

8. **Implementação dos mecanismos previstos na nova Lei de Bases da Habitação:** revisão e atualização da Estratégia Local de Habitação de forma a refletir as efetivas necessidades habitacionais do Município e definir a política pública de habitação a implementar com base nos instrumentos previstos na Lei de Bases da Habitação (LBH): 1) criação do Conselho Local de Habitação, nele integrando as estruturas de proximidade de âmbito autárquico (serviços das juntas de freguesia que têm vindo a assumir o reconhecimento das carências habitacionais) e outras entidades que possibilitem uma resposta habitacional articulada com os transportes, equipamentos sociais, bem como o seu reconhecimento como determinante social de saúde; 2) execução do “Relatório Municipal da Habitação”; 3) elaboração da Carta Municipal da Habitação, propondo à Assembleia Municipal a aprovação de uma declaração fundamentada de carência habitacional, de acordo com o previsto na LBH;

C) MOBILIDADE, TRANSPORTES E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

9. **Garantia de modos suaves e priorização do transporte público:** no Porto, o modo de transporte dominante é o automóvel, com 48% das deslocações. Uma cidade feita para quem nela vive e trabalha deve inverter este ciclo e priorizar os modos suaves e os transportes públicos, a) aumentando a extensão dos corredores de BUS, b) garantindo uma rede de facto ciclável, integrada e com fluxos favoráveis a este meio de deslocação, c) construindo ainda parques de estacionamento públicos na entrada da cidade e próximo dos transportes públicos, retirando os automóveis da cidade, d) limitando a velocidade a 30 km/h e implementar, e e) outras medidas de acalmia de tráfego como rebaixamento dos passeios, definição de zonas sem carros e um plano que concretize atravessamentos mais seguros.
10. **Mobilização para a adaptação às alterações climáticas e coloca a saúde pública na agenda:** Para a concretização da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas o Porto deve apostar na criação de uma rede de monitorização climática à escala municipal, instalar painéis informativos sobre conforto bioclimático e qualidade do ar e dinamizar e envolver redes de participação cidadã para ajustar as respostas às alterações climáticas e às necessidades das pessoas, adotando ainda as recomendações da Organização Mundial de Saúde sobre cidades saudáveis e o papel do poder local.

D) TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

11. **Valorização da participação das pessoas:** a) Através da realização de um verdadeiro orçamento participativo, em que os investimentos da autarquia façam parte de um verdadeiro orçamento participativo (OP), com dotação significativa, devendo ser acompanhado de programas de capacitação da comunidade, p. ex. seguindo o modelo de Porto Alegre - Brasil (organização de assembleias públicas distribuídas pelas freguesias; realização de reuniões informativas para orientar a população em relação ao orçamento e outras questões relevantes; articulação com as organizações da sociedade civil; criação de uma comissão de monitorização ao longo da execução do processo, etc.); b) Através do apoio às coletividades, associações e agentes culturais sem paternalismos ou asfixia e garantem-se estruturas públicas para o seu trabalho, assim como recursos, nomeadamente os fundos comunitários.

E) CULTURA

12. **Criação de uma Carta Municipal da Cultura:** a) Emancipar a cultura do executivo municipal, que, para lá da definição da fatia orçamental a afetar às políticas culturais com critérios sujeitos a escrutínio público, deve ter como papel a garantia da democratização da participação neste domínio (por exemplo promovendo fóruns de debate sobre as festas do município), a implementação de uma política cultural que assegure as condições para a criação e a fruição cultural, e a gestão dos espaços de criação artística (salas de ensaio para artes performativas, ateliers de artes plásticas, atelier multimédia, oficinas artesanais) e apresentação ao público; b) Criar e manter atualizado um mapeamento sociocultural do município, incluindo um inventário das estruturas culturais (amadoras e profissionais - bandas, grupos de teatro, cineclubes, associações culturais) e dos espaços culturais e de memória (públicos, privados e comunitários), promovendo uma articulação com as estruturas culturais para a utilização de espaços das escolas, fora do horário escolar, e para a criação de centros de cultura e espaços de memória em lugares históricos de referência que estejam abandonados (fábricas, lugares históricos, património classificado, imóveis privados e públicos).

Pedro Manuel Martins dos Santos

De: Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente
Enviado: 13 de novembro de 2021 09:19
Para: Presidente CMP - Rui Moreira
Cc: Fernando Vasco Moreira Ribeiro; Pedro Manuel Martins dos Santos
Assunto: Fwd: "Preparação do Orçamento 2022"

FYI

Ricardo Valente

Enviado do meu iPhone

Início da mensagem reencaminhada:

De: "Paulo Vieira de Castro (.pt)" <geral@paulovieiradecastro.pt>
Data: 12 de novembro de 2021, 23:54:42 WET
Para: Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente <ricardo.valente@cm-porto.pt>
Cc: geral@paulovieiradecastro.pt
Assunto: "Preparação do Orçamento 2022"

Exmo.Sr. Vereador Ricardo Valente.

Relativamente ao documento designado por "Preparação do Orçamento 2022" cumpre-me dar nota, em representação do PAN, de alguns aspectos. Porém, antes das demais palavras, gostaria de referir que apesar de se tratar de um documento preparatório, este não configura, para quem o lê, tarefa simplificada. Isto porque se tratam de valores não tão perceptíveis numa malha mais fina.

Assim:

- 1) Ficam por esclarecer ao que se referem os apreciáveis milhões que são apresentados à conta de "Outras". Estas não seriam difíceis de titular através de mero desdobramento/subdivisão ou em , simples, nota de pé de página.
- 2) À conta de "Despesa Serviço Responsável" para a Assembleia Municipal, o valor apresenta-se, talvez, demasiado modesto. Isto numa dotação orçamente para 192.000 € para 2022.
- 3) Também a Divisão Municipal da Juventude , nas despesas correntes e de capital, parecem ter uma dotação muito pouco robusta. Salientam-se , igualmente, as despesas de capital que, apesar, de aumentarem 100% no próximo ano de 2022, passam de 500 € para 1000.
- 4) De salientar a fragilidade do orçamentado dedicado aos Serviços em Planeamento e Gestão Ambiental.
- 5) Na conta relativa à E.M. "Go Porto", item 6, fica a dúvida relativamente à, aparente, desatenção para o item (6.2.) "Modos Suaves: Aposta na rede pedonal e em percursos cicláveis e serviços partilhados". Ou será que este se refere exclusivamente ao investimento

feito na eco-pista no Ramal da Alfandega durante o próximo ano? Também na listagem das obras a cargo desta E.M. , para ciclovias, só são referidas para o ano se 2022 e 2023. O que poderá justificar tal esquecimento para os restantes anos?

6) Ainda na “Go Porto” os novos Parques Infantis têm uma dotação orçamental muito baixa e apenas para o próximo ano.

7) A baixa dotação da "Go Porto" no CROA (27.000 €) é notória. O mesmo para o investimento reportado para este equipamento. Quanto será para os próximos anos?

8) Também construir um só parque canino nos próximos dois anos é manifestamente pouco.

9) Quanto à ÁGORA, E.M., o que poderá justificar a desatenção à conta dos Incentivos Culturais?

10) Como explicar , em especial quando nos confrontamos com a possibilidade das nossa praias poderem virem a sofrer (marcantemente) com as obras do Paredão de Matosinhos, um valor de subsídio à exploração tão ténue? Isto para os próximos dois anos. Como poderá ser justificado? Conta CMPEAE.

11) Finalmente, perguntar quais são e onde estão espelhadas as propostas de bem-estar animal para este orçamento? Não estão identificadas.

12) Igualmente, perante a situação de instabilidade ambiental e climática, quais as soluções propostas face às necessidades de adaptação e mitigação.

Estão são apenas algumas das questão que me ficam da observação do documento em causa.

Agradeço antecipadamente a Vossa melhor atenção.

PAULOVIEIRADECASTRO +966022531

Pedro Manuel Martins dos Santos

De: ruiafonsoeuropa@sapo.pt
Enviado: 11 de novembro de 2021 10:03
Para: Pedro Manuel Martins dos Santos
Cc: Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente
Assunto: Fwd: Preparação do orçamento Municipal para 2022 | Estatuto do direito de oposição
Anexos: Empresas Municipais.pdf; Anexo AGORA.PDF; Anexo Águas e Energia.pdf; Anexo APD.PDF; Anexo Domus Social.pdf; Anexo GO Porto.pdf; Anexo Porto Ambiente.pdf; Anexo SRU.PDF; Despesa_classif econ.pdf; Despesa_serviço responsável.pdf; receita_transferencias_oe.pdf; Receitas fiscais.pdf; Listagem obras Domus Social.pdf; Listagem obras GO Porto.pdf; Receita fundo perdido.pdf; Receita_classif econ.pdf

Importância: Alta

Caro Dr. Pedro Santos

As minhas cordiais saudações

Após leitura da documentação anexa, informo que não tenho quaisquer sugestões a prestar a V. Exas, contudo, registei o agravamento significativo de algumas rubricas na Despesa Corrente, nomeadamente, "Despesas com Pessoal", "Aquisições de bens e serviços" e "Subsidios".

Não sei se haverá alguma sessão de esclarecimentos anterior à apresentação do Orçamento, contudo, deixo à consideração do Sr. Vereador, Dr. Ricardo Valente ou do Sr. Dr. Pedro Santos, a altura oportuna para me auxiliarem na clarificação e identificação dos atos/operações justificativas de tais variações.

Com os melhores cumprimentos
Rui Pedro Afonso

----- Mensagem encaminhada de Pedro Manuel Martins dos Santos <pedro.santos@cm-porto.pt>

Data: Tue, 9 Nov 2021 18:02:43 +0000

De: Pedro Manuel Martins dos Santos <pedro.santos@cm-porto.pt>

Assunto: Preparação do orçamento Municipal para 2022 | Estatuto do direito de oposição

Para: ruiafonsoeuropa@sapo.pt

Cc: Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente <ricardo.valente@cm-porto.pt>

Exmos Senhor Deputado Municipal,

Dr. Rui Afonso Europa,

Conforme combinado na reunião de hoje, anexo os ficheiros do dossier de preparação do orçamento municipal para 2022, os quais devem ser considerados apenas como documentos de trabalho.

Considerando a dimensão dos ficheiros do relatório do orçamento de 2021, permita-me remeter para o link:

[Elementos Económico-Financeiros | Câmara Municipal do Porto \(cm-porto.pt\)](https://cm-porto.pt/Elementos-Economico-Financeiros)

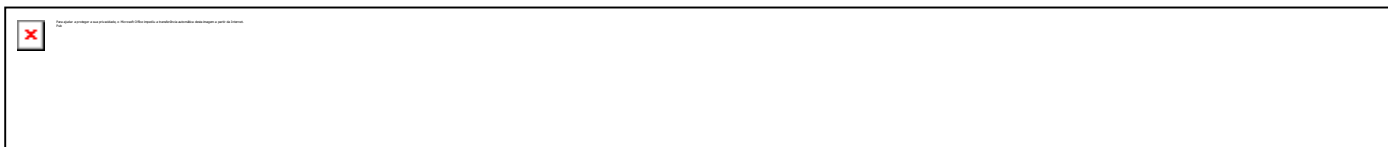
Com os melhores cumprimentos,

Pedro Santos
Diretor Municipal



Direção Municipal de Finanças e Património
Praça General Humberto Delgado, 1º
4049-001 Porto

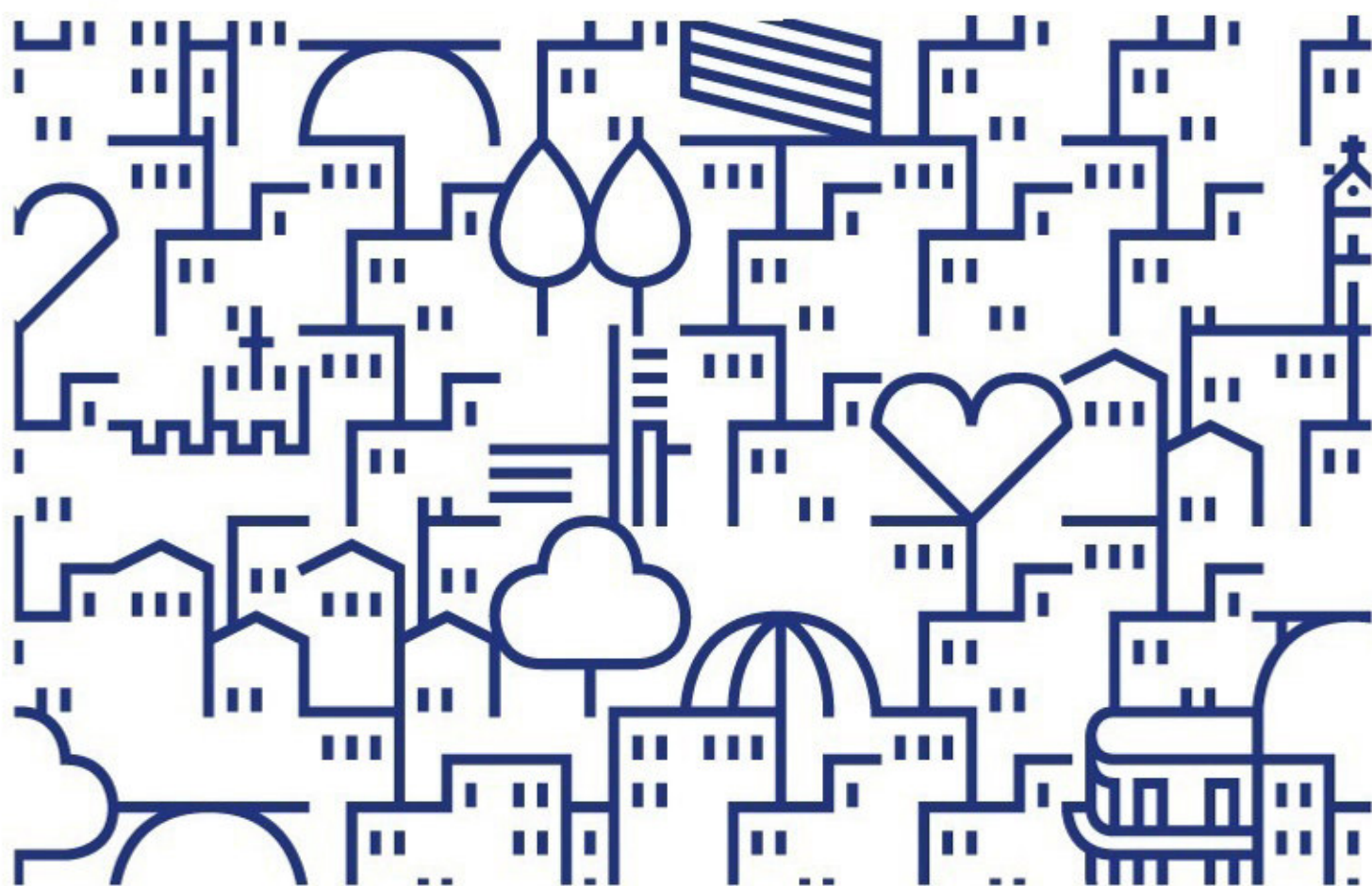
T. +351 222 097 067



----- Fim de mensagem reenviada -----

----- Fim de mensagem reenviada -----

ORÇAMENTO. 2022



Anexos

Anexo I

Câmara Municipal do Porto

Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

(un.: euro)

Rubrica	Designação	2022		
		Periodos anteriores	Período	Soma
	Receita corrente			
R1	Receita Fiscal		127 397 459	127 397 459
R11	Impostos diretos		127 397 459	127 397 459
	Impostos indiretos			
R2	Contribuições p/sistemas proteção social e subsistemas saúde			
R3	Taxas, multas e outras penalidades	261 194	27 872 870	28 134 064
R4	Rendimentos de propriedade	1 869	11 730 140	11 732 009
R5	Transferências correntes		42 471 159	42 471 159
R51	Administrações Públicas		42 074 878	42 074 878
R511	Administração Central - Estado Português		41 800 173	41 800 173
R512	Administração Central - Outras entidades		274 705	274 705
R513	Segurança Social			
R514	Administração Regional			
R515	Administração Local		10	10
R52	Exterior - U E		396 251	396 251
R53	Outras		20	20
R6	Venda de bens e serviços	74 262	7 753 863	7 828 125
R7	Outras receitas correntes		172 796	172 796
	Receitas de capital			
R8	Venda de bens de investimento		3 087 960	3 087 960
R9	Transferências e de capital		26 603 244	26 603 244
R91	Administrações Públicas		26 132 935	26 132 935
R911	Administração Central - Estado Português		3 912 687	3 912 687
R912	Administração Central - Outras entidades		22 220 248	22 220 248
R913	Segurança Social			
R914	Administração Regional			
R915	Administração Local			
R92	Exterior - U E		470 279	470 279
R93	Outras		30	30
R10	Outras receitas de capital		20	20
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		10	10
	Receita efetiva [1]	337 325	247 089 521	247 426 846
	Receita não efetiva [2]		71 573 154	71 573 154
R12	Receita com ativos financeiros		10	10
R13	Receita com passivos financeiros		71 573 144	71 573 144
R14	Saldo da gerência anterior-operações orçamentais			
	Receita total [3]=[1]+[2]	337 325	318 662 675	319 000 000

Câmara Municipal do Porto

Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

(un.: euro)

Rubrica	Designação	2022		
		Períodos anteriores	Período	Soma
	Despesa corrente			
D01	Despesas com o pessoal	791 109	82 199 263	82 990 372
D011	Remunerações Certas e Permanentes	559 825	58 167 979	58 727 804
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	41 232	4 284 191	4 325 423
D013	Segurança Social	190 052	19 747 093	19 937 145
D02	Aquisição de bens e serviços	561 559	58 348 155	58 909 714
D03	Juros e outros encargos	3 868	401 853	405 721
D04	Transferências correntes	533 406	55 423 408	55 956 814
D041	Administrações Públicas	123 518	12 834 473	12 957 991
D04111	Administração Central - Estado	4 910	510 191	515 101
D04113	Segurança Social		500	500
D04115	Administração Local	57 393	5 963 339	6 020 732
D0412	Entidades do sector não lucrativo	47 223	4 906 605	4 953 828
D0413	Famílias	4 109	426 921	431 030
D0414	Outras	9 883	1 026 917	1 036 800
D042	Subsídios Correntes	409 888	42 588 935	42 998 823
D05	Outras despesas correntes	20 573	2 137 573	2 158 146
	Despesa de capital			
D06	Aquisição de bens de capital	1 090 533	113 310 567	114 401 100
D07	Transferências de capital e Subsídios	30 311	3 149 414	3 179 725
D071	Transferências de capital	30 311	3 149 414	3 179 725
D07115	Administração Local		20	20
D0712	Entidades do sector não lucrativo	15 482	1 608 645	1 624 127
D0714	Outras	14 829	1 540 749	1 555 578
D08	Outras despesas de capital	9 513	988 475	997 988
	Despesa efetiva [4]	3 040 871	315 958 709	318 999 580
	Despesa não efetiva [5]		420	420
D09	Despesa com ativos financeiros		400	400
D10	Despesa com passivos financeiros		20	20
	Despesa total [6]=[4]+[5]	3 040 871	315 959 128	319 000 000
	Saldo total [3]-[6]	-2 703 546	2 703 546	0
	Saldo global [1]-[4]	-2 703 546	-68 869 188	-71 572 734
	Despesa primária	3 037 004	315 556 855	318 593 859
	Saldo corrente	-1 573 189	18 888 034	17 314 845
	Saldo de capital	-1 130 357	-87 757 232	-88 887 589
	Saldo primário	-2 699 679	-68 467 334	-71 167 013

O ÓRGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

O ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Anexo II

Câmara Municipal do Porto

Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

(un.: euro)

Rubrica	Designação	2022			Plano Orçamental Plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2023	2024	2025	2026
	Receita corrente							
R1	Receita Fiscal		127 397 459	127 397 459	128 948 588	128 173 023	128 560 805	128 366 914
R11	Impostos diretos		127 397 459	127 397 459	128 948 588	128 173 023	128 560 805	128 366 914
	Impostos indiretos							
R2	Contribuições p/sistemas proteção social e subsistemas saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	261 194	27 872 870	28 134 064	28 315 417	28 224 738	28 270 080	28 247 408
R4	Rendimentos de propriedade	1 869	11 730 140	11 732 009	11 670 778	11 671 414	11 671 096	11 671 255
R5	Transferências correntes		42 471 159	42 471 159	36 216 918	36 159 089	36 188 004	36 173 547
R51	Administrações Públicas		42 074 878	42 074 878	36 216 878	36 159 049	36 187 964	36 173 507
R511	Administração Central - Estado Português		41 800 173	41 800 173	35 905 254	35 870 849	35 888 051	35 879 450
R512	Administração Central - Outras entidades		274 705	274 705	311 614	288 191	299 903	294 047
R513	Segurança Social							
R514	Administração Regional							
R515	Administração Local		10	10	10	10	10	10
R52	Exterior - U E		396 251	396 251	20	20	20	20
R53	Outras		20	20	20	20	20	20
R6	Venda de bens e serviços	74 262	7 753 863	7 828 125	6 165 819	6 043 102	6 104 458	6 073 780
R7	Outras receitas correntes		172 796	172 796	50	50	50	50
	Receitas de capital							
R8	Venda de bens de investimento		3 087 960	3 087 960	2 368 064	1 915 866	2 432 878	2 238 936
R9	Transferências e de capital		26 603 244	26 603 244	10 240 489	2 382 390	2 938 657	49 871
R91	Administrações Públicas		26 132 935	26 132 935				
R911	Administração Central - Estado Português		3 912 687	3 912 687	49 811	49 811	49 811	49 811
R912	Administração Central - Outras entidades		22 220 248	22 220 248	10 190 648	2 332 549	2 888 816	30
R913	Segurança Social							
R914	Administração Regional							
R915	Administração Local							
R92	Exterior - U E		470 279	470 279				
R93	Outras		30	30	30	30	30	30
R10	Outras receitas de capital		20	20	20	20	20	20
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		10	10	10	10	10	10
	Receita efetiva [1]	337 325	247 089 521	247 426 846	223 926 153	214 569 703	216 166 058	212 821 791
	Receita não efetiva [2]		71 573 154	71 573 154	10	10	10	10
R12	Receita com ativos financeiros		10	10	10	10	10	10
R13	Receita com passivos financeiros		71 573 144	71 573 144				
R14	Saldo da gerência anterior-operações orçamentais							
	Receita total [3]=[1]+[2]	337 325	318 662 675	319 000 000	223 926 163	214 569 713	216 166 068	212 821 801

Câmara Municipal do Porto

Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

(un.: euro)

Rubrica	Designação	2022			Plano Orçamental Plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2023	2024	2025	2026
	Despesa corrente							
D01	Despesas com o pessoal	791 109	82 199 263	82 990 372	88 564 439	89 233 078	89 396 303	88 577 825
D011	Remunerações Certas e Permanentes	559 825	58 167 979	58 727 804	60 540 824	60 759 734	61 001 649	60 205 315
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	41 232	4 284 191	4 325 423	4 591 883	4 602 114	4 613 229	4 591 085
D013	Segurança Social	190 052	19 747 093	19 937 145	23 431 732	23 871 230	23 781 425	23 781 425
D02	Aquisição de bens e serviços	561 559	58 348 155	58 909 714	35 897 694	30 658 260	18 747 540	20 369 744
D03	Juros e outros encargos	3 868	401 853	405 721	452 182	404 442	348 238	292 528
D04	Transferências correntes	533 406	55 423 408	55 956 814	32 913 242	32 280 125	17 161 666	17 251 666
D041	Administrações Públicas	123 518	12 834 473	12 957 991	1 844 964	101 000	101 000	101 000
D04111	Administração Central - Estado	4 910	510 191	515 101	160 000			
D04113	Segurança Social		500	500				
D04115	Administração Local	57 393	5 963 339	6 020 732	1 583 964			
D0412	Entidades do sector não lucrativo	47 223	4 906 605	4 953 828	1 000	1 000	1 000	1 000
D0413	Famílias	4 109	426 921	431 030	100 000	100 000	100 000	100 000
D0414	Outras	9 883	1 026 917	1 036 800				
D042	Subsídios Correntes	409 888	42 588 935	42 998 823	31 068 278	32 179 125	17 060 666	17 150 666
D05	Outras despesas correntes	20 573	2 137 573	2 158 146	2 153 831	2 153 831	2 150 300	2 150 300
	Despesa de capital							
D06	Aquisição de bens de capital	1 090 533	113 310 567	114 401 100	96 627 107	81 240 398	41 809 849	15 691 573
D07	Transferências de capital e Subsídios	30 311	3 149 414	3 179 725	241 000	241 000	241 000	241 000
D071	Transferências de capital	30 311	3 149 414	3 179 725	241 000	241 000	241 000	241 000
D07115	Administração Local		20	20				
D0712	Entidades do sector não lucrativo	15 482	1 608 645	1 624 127	241 000	241 000	241 000	241 000
D0714	Outras	14 829	1 540 749	1 555 578				
D08	Outras despesas de capital	9 513	988 475	997 988	100 000	100 000	100 000	100 000
	Despesa efetiva [4]	3 040 871	315 958 709	318 999 580	256 949 495	236 311 134	169 954 896	144 674 636
	Despesa não efetiva [5]		420	420	7 274 775	10 806 025	10 806 025	10 806 025
D09	Despesa com ativos financeiros		400	400				
D10	Despesa com passivos financeiros		20	20	7 274 775	10 806 025	10 806 025	10 806 025
	Despesa total [6]=[4]+[5]	3 040 871	315 959 128	319 000 000	264 224 270	247 117 159	180 760 921	155 480 661
	Saldo total [3]-[6]	-2 703 546	2 703 546	0	-40 298 107	-32 547 446	35 405 147	57 341 140
	Saldo global [1]-[4]	-2 703 546	-68 869 188	-71 572 734	-33 023 342	-21 741 431	46 211 162	68 147 155
	Despesa primária	3 037 004	315 556 855	318 593 859	256 497 313	235 906 692	169 606 658	144 382 108
	Saldo corrente	-1 573 189	18 888 034	17 314 845	51 336 182	55 541 681	82 990 446	81 890 891
	Saldo de capital	-1 130 357	-87 757 232	-88 887 589	-84 359 534	-77 283 122	-36 779 294	-13 743 746
	Saldo primário	-2 699 679	-68 467 334	-71 167 013	-32 571 160	-21 336 989	46 559 400	68 439 683

O ÓRGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

O ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Anexo V

Previsão da dívida a médio e longo prazo para 2022

(Un.: euro)

Finalidade	Banco	Capital em dívida 31/12/2021	Utilizações	Amortizações	Capital em dívida 31/12/2022
Outros Investimentos	B.P.I.	16 746 828	15 073 134	0	31 819 963
Outros Investimentos	Bankinter/CCA/CGD	0	56 500 000	0	56 500 000
Total		16 746 828	71 573 134	0	88 319 963

Anexo VI

Distribuição das Grandes Opções do Plano

(Un.: euro)

Descrição	PPI	PAR	Total GOP's
Despesas com pessoal		82 990 372	82 990 372
Aquisição de bens e serviços		58 909 714	58 909 714
Juros e outros encargos		405 721	405 721
Transferências correntes		12 957 991	12 957 991
Subsídios		42 998 823	42 998 823
Outras despesas correntes		2 158 146	2 158 146
Aquisição de bens de capital	114 401 100		114 401 100
Transferências de capital		3 179 725	3 179 725
Ativos financeiros		400	400
Passivos financeiros		20	20
Outras despesas de capital		997 988	997 988
Total	114 401 100	204 598 900	319 000 000

Anexo VII

GO Porto, E.M.

Contrato de Gestão de Empreendimentos

(Un.: euro)

Designação	2022	2023	2024	2025	2026
1 CULTURA E PATRIMÓNIO					
1.2 Equipamentos e programas municipais	4 236 000	11 203 320	10 305 000	3 500 000	1 500 000
2 ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO					
2.1 Consolidação da Estratégia Económica da Cidade	5 505 861				
2.2 Educação	9 729 970	3 060 400	2 000 000	2 000 000	2 000 000
Sub-total	15 235 831	3 060 400	2 000 000	2 000 000	2 000 000
3 AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA					
3.1 Ambiente	3 874 580	4 301 000	6 179 070	4 600 000	2 350 000
3.3 Qualidade de Vida Urbana	6 215 000	8 516 020	7 380 000	11 250 000	2 000 000
Sub-total	10 089 580	12 817 020	13 559 070	15 850 000	4 350 000
4 URBANISMO E HABITAÇÃO					
4.1 Regeneração Urbana	22 945 870	37 826 250	33 278 420	17 168 160	5 128 750
6 MOBILIDADE					
6.1 Transporte público	980 000				
6.2 Modos suaves	2 296 700	2 533 700	350 000		
Sub-total	3 276 700	2 533 700	350 000		
7 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA					
7.1 Funcionamento dos serviços	645 000	796 000	500 000	500 000	500 000
7.1 Outros	323 700	255 350	353 750	261 500	353 750
Sub-total	968 700	1 051 350	853 750	761 500	853 750
Total	56 752 681	68 492 040	60 346 240	39 279 660	13 832 500

Contrato programa

(Un.: euro)

Designação	2022	2023	2024	2025	2026
7 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA					
7.3 Outros (subsídio à exploração)	3 767 500	3 552 500	4 815 000	4 800 000	4 890 000
Total	3 767 500	3 552 500	4 815 000	4 800 000	4 890 000

Mapa detalhado dos Empreendimentos*

GO Porto, E.M.

(Un.: euro)

Designação	Empreendimentos	2022	2023	2024	2025	2026	
Equipamentos e Programas Municipais	Obra arte pública			100 000	1 500 000	1 500 000	
	Galeria Municipal - Beneficiação	5 000	795 000				
	BPMP - Requalificação	578 000	5 230 000	9 205 000	2 000 000		
	Cinema Batalha	2 000 000					
	Ateliê Antônio Carneiro - Reabilitação	853 000	104 000				
	Museu CACE - Reabilitação	800 000	3 574 320				
	Museu da natureza Contemporânea Bonjóia		1 500 000	1 000 000			
	subtotal	4 236 000	11 203 320	10 305 000	3 500 000	1 500 000	
Consolidação da Estratégia Económica da Cidade	Restauro e Modernização do Mercado do Bolhão	4 115 754					
	Mercado do Bolhão - Equipamento comerciantes	910 107					
	Mercado do Bolhão - Equipamento Multimédia	180 000					
	Mercado do Bolhão - Comunicação Marca	110 000					
	Mercado do Bolhão - Sinalética e Mobiliário	190 000					
	subtotal	5 505 861					
Educação	EB Falcão - Remodelação	1 080 000					
	EB Agra do Amial	951 160	50 000				
	EB dos Correios	800 000	425 400				
	EB Montebello - Remodelação	780 000	50 000				
	Esc. Sec. Alexandre Herculano Arranjos Exteriores	5 000	1 535 000				
	Esc. Sec. Alexandre Herculano - Requalificação	6 113 810					
	EB da Ponte		500 000				
	Intervenções em Escolas		500 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	
	subtotal	9 729 970	3 060 400	2 000 000	2 000 000	2 000 000	
Ambiente	Ervilha Parque urbano e desportivo			200 000			
	Parque da Pasteleira iluminação	5 000	185 000				
	Parque do Covelo iluminação Parque Canino	5 000	55 000				
	Parque da Cidade - remate Poente	1 050 000					
	Parque S. Roque - Beneficiação	589 180					
	Jardim Cordoaria	4 700		500 000			
	Jardins do Palácio de Cristal - Avenida das Tílias	25 000					
	Equipamentos Desportivos em Espaços Verdes	492 000					
	Jardim Senhora do Porto	5 000	295 000				
	Largo Tito Fontes			433 000			
	Largo 3 Fevereiro			300 000			
	Parque das Virtudes I entrada		212 000				
	Praça Francisco Sá Carneiro I Jardim		50 000	200 000			
	Parque da Cidade - lagos 2 e 3	5 000	215 000				
	Jardim do Passeio Alegre - antigas instalações sanitárias		150 000				
	Parque Urbano da Lapa Construção	468 700	700 000				
	Parque Infantil Amial I requalificação e modernização		220 000				
	Parque Infantil Fontainhas I requalificação e modernização			220 000			
	Casa Tait I requalificação jardim			16 500			
	Largo D. João III - requalificação do jardim			233 200			
	Arca d'Água I instalações sanitárias			116 600			
	Museu Romântico I requalificação pavimento			110 770			
	Obra de Infraestruturação Elétrica, Águas, Saneamento e Requalificação da Casa jardineiros, Caminhos e Drenagem do Jardim da Rotunda da Boavista			440 000			
	Parques infantis		165 000				
	Parque urbano Quinta do Rio			100 000	1 000 000	1 250 000	
	Corredores Saudáveis Construção	1 200 000	340 000				
	Quinta de Salgueiros - consolidação ruínas	5 000	225 000				
	Quinta de Salgueiros - Biolab	5 000	495 000	3 000 000	2 500 000		
	Quinta do Covelo - Centro de Educação Ambiental	5 000	495 000				
	Cemitério do Prado - ampliação e modernização do crematório	5 000	185 000				
	Jazigo Municipal no cemitério de Agramonte (Mausoléu) - DMPGA	5 000	237 000				
	(E) Núcleo museológico com acervo de arte cimiterial - DMPGA		11 000	55 000			
	(E) Modernização de instalações da secretaria/atendimento nos cemitérios - DMPGA		66 000	154 000			
	Intervenções generalizadas PIA EV				1 000 000	1 000 000	
	Intervenções generalizadas PIA PA			100 000	100 000	100 000	
		subtotal	3 874 580	4 301 000	6 179 070	4 600 000	2 350 000
	Qualidade de Vida Urbana	Parque Desportivo de Ramalde - Fase II	1 000 000	3 385 000			
Parque Desportivo de Ramalde - Fase III					1 250 000		
Rede municipal de equipamentos desportivos							
Campo do Outeiro		2 300 000	316 020				
Parque da Cidade I Edifício de Apoio à área desportiva (Balneários)		200 000					
Piscina Armando Pimentel - Beneficiação		1 600 000					
Complexo Desportivo Municipal - Construção		1 090 000	2 340 000	880 000			
Piscina da Constituição - Beneficiação			500 000				
Pavilhão do Viso			10 000				
Espaço de Apoio aos Desportos de Mar		5 000	95 000				
Campo Viso I substituição piso sintético e sistema rega		5 000	245 000				
Campo Viso I reformulação bancada (cobertura rígida e lugares)			200 000				
Campos Street Basket (locais a definir)			100 000				
Parque Desportivo Ramalde I substituição relvado sintético		5 000	200 000				
Pavilhões escolares I reabilitação		5 000	200 000	250 000	250 000		
Zona desportiva Oriental - Skatepark, Streetbasquet, pump track, Street Workout				500 000			
Campo da FADEUP I Relvado Sintético			200 000				
Complexo Desportivo de Paranhos					2 250 000		
Pavilhão Multiusos				4 000 000	6 000 000		
Rede municipal de equipamentos desportivos			500 000	500 000	500 000	2 000 000	
Ervilha Campo Desportivo	5 000	225 000	1 250 000	1 000 000			
	subtotal	6 215 000	8 516 020	7 380 000	11 250 000	2 000 000	
	Alameda das Antas - Talude						
	Escarpa da Alfândega Estabilização	420 000	1 080 000				
	Talude da Alameda das Antas Estabilização	1 360					
	Talude da Av. Fernão Magalhães - Estabilização	200 000					
	Talude da Rua S. Roque da Lameira (Lado Sul) Estabilização		66 000				
	Talude da Rua S. Roque da Lameira (Lado Norte) Estabilização		55 000				
	Talude da Arrábida Estabilização	5 000	345 000				
	Avenida Fernão Magalhães - ligação à Praça Afonso Pinto de Magalhães	5 000	32 100				
	Talude Senhora das Verdades I Estabilização		33 000				
	Rua de Afonso de Paiva (Lado Poente)			30 000			
	Talude da Rua de S. Bartolomeu Velho Estabilização			20 000			
	Talude da Rua da Presa de Contumil I Estabilização			33 000			
	Talude Av . Fernão de Magalhães (entre 322 e 390) I Estabilização			33 000			
	Loteamento do Monte Pedral I Construção	5 000	1 603 880	1 600 000			

GO Porto, E.M.

(Un.: euro)

Designação	Empreendimentos	2022	2023	2024	2025	2026
Regeneração urbana	Talude Escadas do Barredo I Estabilização	5 000	61 000			
	Requalificação Ruas Galeria Paris e Picaria	5 000	285 000			
	Obras de Arte diversas agregadora	1 807 250	557 620	728 750	728 750	728 750
	Ligação Avenida Sidónio Pais à R. Frederico Ozanam	725 000				
	Pr. Gonçalves Zarco e Via Castelo Queijo - Reparções	320 000				
	Parque Duque Loulé - Reparação de Muro	160				
	R. Alexandre Fleming - Beneficiação	132 000				
	Quinta do Mitra - Requalificação	1 403 000	50 000			
	Bairro Agra do Amial I Beneficiação do pavimento e dos percursos pedonais	5 000	545 000			
	Rua de Sá da Bandeira I Beneficiação do pavimento e dos percursos pedonais		148 500			
	Praça do Bom Sucesso e rua de Gonçalo Sampaio I Beneficiação do pavimento e dos percursos pedonais			742 170		
	Rua Eirinhas - Prolongamento	5 000	1 150 000			
	Ponte D. António Francisco dos Santos Construção	10 000	1 940 020	7 170 000	7 170 000	
	R. D. Pedro V – Construção de Passagem Superior	5 000	58 510			
	Rua das Andresas - Loteamento Municipal	1 000 000	1 046 300	550 000		
	Rua das Eirinhas – Acesso ao Loteamento	1 100 000				
	Rua António Enes e outras - Requalificação	530 000				
	Envolvente ao Edifício R. S. Dinis - Requalificação	5 000	1 447 000			
	Largo de Mompilher - Requalificação		270 000			
	Via de Ligação à Av. Fontes Pereira Melo	5 000	1 290 000	814 000		
	R. Ramalde Meio - Requalificação	5 000	386 200			
	Praça da Corujeira - Requalificação	160 590	1 675 000	3 500 000	619 410	
	Reabilitação urbana de Azevedo - Campanhã - Fase 2	30 790	1 069 210			
	R. Arqº Lobão Vital - Prolongamento	500 230	500 230			
	Espaço Público Lordelo I Requalificação	300 000	3 500 000	6 000 000	2 700 000	
	Rua de Cima I Requalificação		170 000			
	Rua Azevedo de Campanhã I Fase 3		300 000	250 000		
	Rua Chaimite - Requalificação	100 000				
	Arruamento UPTec - Prolongamento	5 000	530 500			
	Travessa das Almas - Requalificação	5 000	348 780			
	Rua Sarmento Beires (incluindo Rua Castelos)		550 000			
	Rua Alves Redol I Reperfilamento		500 000	380 000		
	Ligação da Rua Cervantes à Rua do Melo		500 000	650 000		
	Avenida Nun'Álvares UOPG1		1 100 000	900 000		
	Monte da Bela	605 000	2 500 000	2 312 500		
	Rua Régulo Magauanha e zonas envolventes I Requalificação		550 000			
	Rua da Madeira		50 000	270 000		
	Largo da Fontinha, Rua da Fontinha e Travessa da fontinha I Requalificação		400 000	555 000		
	Rua de Salazares I Requalificação		200 000	470 000		
	Prolongamento da Rua da Argentina até à Avenida da Boavista		150 000	170 000		
	Rua da Bandeirinha I Requalificação		200 000	300 000		
	Rua Jonh Whitehead I Prolongamento	550 000				
	Rua de Santo Ildefonso I Requalificação		150 000	250 000		
	Arruamento do Campo do Outeiro	75 000	743 400			
	Ligação Cota alta/Cota baixa			150 000	2 000 000	1 900 000
	Rua de S. Roque da Lameira		100 000	1 000 000	1 150 000	
	Av. Montevideu I Beneficiação	200 000	300 000			
	Requalificação da frente ribeirinha do Freixo			750 000	300 000	
	Programa Rua Direita	6 211 000	4 489 000	1 700 000		
	R. S. Roque da Lameira – Pavimentação	308 000				
	Rua Jornal do Notícias e Rua de Paço de Sousa I Beneficiação	286 000				
	Rua de Entre Campos e Rua do Gólgota I Beneficiação	113 000				
	Rua de Rocha Peixoto I Beneficiação	132 000				
	Agrupamento de ruas da freguesia de Ramalde	386 000				
	Rua de Damião de Gois I Beneficiação	275 000				
	Rua de Costa Cabral I Beneficiação	639 870				
	Rua Raúl de Caldevilla I Beneficiação	27 500				
	Rua do Infante D. Henrique I Beneficiação do Pavimento	79 860				
	Rua do Amparo	85 000				
	Rua do Padre António Vieira	207 900				
Rua de Justino Teixeira	360 360					
Rua de Tenente Valadim	232 100					
Rua de Pedro Hispano	856 900					
Intervenções em diversos arruamentos AQ/PUR				500 000	500 000	
Intervenções em diversos arruamentos AQ	700 000	700 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	
Praça da República I Jardim e Envolvente	1 800 000	3 900 000	850 000			
Beneficiação Ruas Guedes Azevedo e Bonjardim		100 000				
Intervenções diversas Espaço Público		100 000	100 000	1 000 000	1 000 000	
	subtotal	22 945 870	37 826 250	33 278 420	17 168 160	5 128 750
Transporte Publico	Projeto Terminal Intermodal Campanhã	140 000				
	Passagem Inferior Pedonal TIC	840 000				
	subtotal	980 000				
Modos Suaves	Passeio ciclável entre o Teatro do Campo Alegre e o CDUP		125 000			
	Viaduto de ligação entre a zona do Jardim Botânico e o CDUP		350 000	350 000		
	Ecopista do Ramal Alfândega Construção	880 000				
	Percursos Pedonais - Ligações Mecanizadas	1 266 700	778 700			
Articulação de redes intraurbanas de ciclovias: Ligação PORTO-RIO TINTO	75 000	655 000				
Articulação de redes intraurbanas de ciclovias: Ligação PORTO-S.MAMEDE INFESTA	75 000	625 000				
	subtotal	2 296 700	2 533 700	350 000		
Funcionamento dos serviços	Reparação das rampas de acesso ao CROA e substituição de gradeamento das boxes - DMPGA	27 500				
	Parque canino de apoio à Un. Comportamentalismo Animal Núcleo de apoio a Actividades Assistidas por Animais - DMPGA	5 000	116 000			
	Intervenções generalizadas PFP		250 000	500 000	500 000	500 000
	Parque da Cidade Balneários Provisórios (locação)	11 500				
	Hangar no BSB - Requalificação	450 000	50 000			
	Casa Escola BSB - Remodelação	11 000	160 000			
	BSB I Centro de Treino		220 000			
Edifício R. S. Dinis	140 000					
	subtotal	645 000	796 000	500 000	500 000	500 000
Outros	Consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços	40 000	100 000	100 000	100 000	100 000
	Consultoria Jurídica	50 000	100 000	100 000	100 000	100 000
	Comunicação Obra Geral	233 700	55 350	153 750	61 500	153 750
	subtotal	323 700	255 350	353 750	261 500	353 750
Total		56 752 681	68 492 040	60 346 240	39 279 660	13 832 500

*Os Empreendimentos poderão ser modificados, suprimidos, ou aditados outros, desde que não se verifique um aumento do valor global previsto

Anexo VIII

DomusSocial, E.M.

Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas

(Un.: euro)

Designação	2022	2023	2024
2 ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO			
2.2 Educação	900 000	800 000	800 000
3 Ambiente, Energia e Qualidade de Vida			
3.2 Energia e Transição Energética:			
Painéis Fotovoltaicos	850 000	10 000	10 000
3.3 Qualidade de Vida Urbana	100 000	100 000	100 000
Sub-Total	950 000	110 000	110 000
4 URBANISMO E HABITAÇÃO			
4.1 Regeneração Urbana	300 000	300 000	300 000
5 COESÃO SOCIAL			
5.1 Grupos Sociais Específicos:			
Candidatura AIIA	50 000		
5.2 Saúde	1 000 000	400 000	400 000
5.4 Habitação Social:			
Habitação Social	16 012 670	15 871 537	15 612 968
Outros projetos - Condominhas	1 460 064	414 643	
Sub-Total	18 522 734	16 686 180	16 012 968
7 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
7.1 Funcionamento dos Serviços	2 500 000	3 550 000	1 100 000
Total	23 172 734	21 446 180	18 322 968

Contrato programa - Porto solidario

(Un.: euro)

Designação	2022	2023	2024
5 COESÃO SOCIAL			
5.4 Habitação Social	2 650 000	2 650 000	2 650 000
Total	2 650 000	2 650 000	2 650 000

Contrato programa

(Un.: euro)

Designação	2022	2023	2024
7 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
7.3 Outros (subsídio à exploração)	898 021	863 152	510 313
Total	898 021	863 152	510 313

Mapa detalhado dos Empreendimentos*

CMPH - DomusSocial- Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.

Contrato Mandato Rubrica Habitação Pública

(Un.: euro)

Designação/Edifícios	Blocos	2022	2023	2024
São João de Deus (2ª fase Reabilitação)	22 a 38 e H1	811 519		
Falcão 10 e 12 a 15 (L2)	10 e 12 a 15	818 315		
Cerco 22	22	490 000		
Cerco 13, 24 e 26	13, 24 e 26	1 945 226		
Cerco 5, 6, 9, 21 e 30	5, 6, 9, 21 e 30	1 300 000	1 325 000	
Pasteleira Lote 2	2 a 9, 11, 13 e 15	1 177 765		
Pasteleira Lote 3	10, 12, 14 e 17 a 22	1 510 670		
Pasteleira Lote 4	16 e 23 a 27	1 500 000	1 034 954	
Rua Tomás Gonzaga	16 e 38	727 587		
Rua António Cândido	214 a 216	315 000		
Rua da Vitória	281 a 283	167 430		
Rua de S. Miguel	45 a 51	700 000	460 000	
Rua Barbosa de Castro	10 a 14	241 180		
Rua Tomás Gonzaga	43 e 45	245 000		
Rua da Arménia/Miragaia (novo projeto)	73/56 e 75/58	247 034		
Condominhas	Lote 6; Lote 7; Lote 8	345 528		
Condominhas	A1/C6, B2/C4 e C5/B3			
Condominhas	B1, C1, C2, C3, C7	812 091		
Condominhas	A2, B4 e B5	300 000	414 643	
Fernão Magalhães (Lote 3)	5	300 000	139 333	
Fernão Magalhães (Lote 4)	1 a 4, 6 a 11 e 18	150 000	1 300 000	1 373 514
S. Brás	251 a 261 e 263	75 000	361 000	
Colonia Viterbo Campos (9 fogos)	Entre Campos 473,509,525	75 000	800 000	339 454
Bairro Social da Arrabida	Rua Prof A.C 3,8,20,28 e C.A.F.A 51,52			
Tapada	11 fogos	10 640	830 000	
Rua dos Plátanos - Bairro do Património dos Pobres		20 000	30 000	
Carvalheiras - Fase 2	Parcela A + B	30 000	1 000 000	960 000
Cimo de Vila	109/113	20 000	300 000	1 260 000
Bom Sucesso	A e F	20 000	650 000	360 000
Diversas		50 000	1 131 250	
Aldoar	Espaço Público	257 749		
Bom Pastor e Vale Formoso	Espaço Público		410 000	1 900 000
Campinas	Espaço Público		800 000	1 550 000
Carvalhido	Espaço Público		800 000	1 500 000
Cerco	Espaço Público		800 000	1 470 000
Falcão 10 a 15	Espaço Público		0	600 000
Maceda	Espaço Público		150 000	650 000
Monte da Bela	Espaço Público		450 000	350 000
Casas devolutas	Espaço Público		600 000	800 000
		2 800 000	2 500 000	2 500 000
Total		17 472 734	16 286 180	15 612 968

*Os Empreendimentos poderão ser modificados, suprimidos, ou aditados outros, desde que não se verifique um aumento do valor global previsto

Anexo IX

ÁGORA, E.M., SA

(Un.: euro)

Designação	2022
Subsídio à Exploração	15 552 725
Serviços Transversais e de Suporte Desportivos	3 657 731
Infraestruturas Desportivas	3 127 423
Infraestruturas Culturais	6 612 641
Incentivos Culturais	59 000
Incentivos Desportivos e de Entretenimento	2 095 930
Prestação de Serviços	6 425 557
Cultura	4 762 381
Desporto e Entretenimento	1 452 292
Atividades Desportivas nas Escolas	85 485
Siloauto	125 399
Total	21 978 282

Anexo X

Porto Ambiente, E.M., S.A.

(Un.: euro)

Designação	2022	2023	2024	2025	2026
Subsídio à Exploração					
Gestão de Resíduos Urbanos	1 021 159	1 244 029	1 238 689	1 285 466	1 285 466
Limpeza do Espaço Público	8 103 611	8 981 163	9 064 809	9 150 639	9 150 639
Total	9 124 770	10 225 192	10 303 498	10 436 105	10 436 105

Anexo XI

Porto Vivo, SRU, E.M., S.A.

(Un.: euro)

Designação	2022	2023	2024	2025	2026
Subsídio à Exploração	1 824 561	1 824 561	1 824 561	1 824 561	1 824 561
Contrato Programa	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000
Contrato Programa (ORU Campanhã - Corujeira)	270 000	270 000	270 000	270 000	270 000
Contrato Programa (ORU Campanhã - Estação)	270 000	270 000	270 000	270 000	270 000
Contrato Programa (Porto com Sentido)	284 561	284 561	284 561	284 561	284 561
Prestação de Serviços	121 566				
Projeto AIIA - ação financiada	121 566				
Total	1 946 127	1 824 561	1 824 561	1 824 561	1 824 561

Anexo XII

Associação Porto Digital

(Un.: euro)

Designação	2022	2023	2024
Prestação de Serviços			
Gestão de Empreendimentos e Infraestruturas Tecnológicas	936 327		
Transmissão de Dados	558 083	698 426	
Comunicação WIFI	285 636		
Plataforma Urbana	439 552		
Porto Cidade de Inovação	827 599		
Sistema de Comunicações (SCOM)	229 197	225 777	90 032
Total	3 276 394	924 203	90 032

Anexo XIII

CMPEAE- Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, EM

(Un.: euro)

Designação	2022	2023	2024
Subsídio à Exploração_CP Praias	618 493	623 982	615 478
Total	618 493	623 982	615 478

(Un.: euro)

Designação	2022	2023
Subsídio à Exploração	1 135 487	1 179 656
Total	1 135 487	1 179 656

(Un.: euro)

Designação	2022	2023	2024
Prestação de serviços	2 284 369	495 321	34 809
Total	2 284 369	495 321	34 809

Anexo XIV

Listagem dos imóveis a alienar

(Un.: euro)		
Localização	Tipo de prédio	Valor
Rua da Sociedade Protetora dos Animais	terreno	778 800
Rua Cidade de Mindelo e rua Cidade da Beira	terreno	2 200 000
PPA - lote 7.1	terreno	6 706 000
PPA - lote 8.2	terreno	1 217 000
PPA - lote 8.3	terreno	1 225 000
PPA - lote 8.4	terreno	2 505 000
PPA - lote 9.2	terreno	2 200 000
Rua Lopo Soares de Albergaria	terreno	1 000 000
Rua de Requesende e Avenida Cidade de Xangai	terreno	708 000
Rua das Eirinhas e Av. De Fernão de Magalhaes	terreno	1 300 000
Rua do Padre Diamantino Gomes - A	terreno	540 000
Rua do Padre Diamantino Gomes - A1	terreno	470 000
Rua Dr. António Ferreira Braga	terreno	3 100 000
Largo da Saudade	terreno	3 810 000
Alameda de Cartes	terreno	1 876 000
Rua do Bom Sucesso com a Rua da Piedade	terreno	775 000
Total		30 410 800

Anexo XV

Entidades Participadas

Mapa das entidades participadas nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 46.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Denominação Social	N.P.C.	Participação do Município		
		€	Quantidade	%
Mercado Abastecedor Porto, S.A.	501 958 630	2 550 000,00	433 500	25,5%
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	504 076 574	247 154,00	49 550	0,2%
Águas do Douro e Paiva, S.A.	514 310 774	2 781 220,00	2 781 220	13,3%
Sociedade Metro do Porto, S.A.	503 278 602	5,00	1	0,0%
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	505 111 780	249 350,00	49 870	1,4%
Gestão e Obras do Porto, EM	505 037 238	500 000,00	100 000	100,0%
CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manut. do Município do Porto, E.M	505 037 700	500 000,00	100 000	100,0%
Porto Vivo, SRU, E.M., S.A.	506 866 432	6 000 000,00	6 000	100,0%
CMPEAE- Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, EM	507 718 666	80 000 000,00		100,0%
Ágora - Cultura e Desporto do Porto, EM., S.A.	507 718 640	2 200 000,00	4 400	100,0%
Empresa Municipal de Ambiente do Porto EM, SA	514 280 956	3 265 566,00	465 566	100,0%
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	500 246 467	172 925 055,00		53,7%
ADEPORTO - Agência de Energia do Porto	507 886 550	70 625,00		34,7%
Fundação Casa da Música	507 636 295	200 000,00		3,2%
INEGI - Instituto Engenharia Mecânica Gestão Industrial	501 814 957	23 660,00		0,7%
Associação Porto Digital	506 838 730	1 885 000,00		80,0%
Fundação da Juventude	502 263 342	24 939,90		1,4%
Fundação Portugal África	503 530 409	299 278,74		2,6%
Fundação de Serralves	502 266 643	49 879,79		0,3%
Fundo Investimento Imobiliário Porto Douro	720 011 329	8 400 000,00		50,0%
Fundo Investimento Imobiliário Invesurb	720 011 914	1 569 947,00		21,2%
Fundo de Apoio Municipal - FAM	513 319 182	4 317 111,00		1,0%
Total		288 058 791,43		

Anexo XVI

Responsabilidades contingentes

Identificação e descrição das responsabilidades contingentes nos termos da alínea a) do n.º 1, do artigo 46.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Nº. do Processo	Descrição
8041 Proc. 47693/01 2617/14.7BEPRT-A	Expropriação Litigiosa
2008/075 Proc. 720/08.1BEPRT	Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Actos Administrativos
2009/014 Proc. 234/09.2BEPRT	Ação Administrativa Comum - Forma Ordinária
2009/040 Proc. 790/08.2TVPRT	Ação Administrativa Comum - Forma Ordinária
2011/098 Proc. 639/11.9TVPRT	Ação Declarativa
2011/110 Proc. 2659/11.4BEPRT	Ação Administrativa comum sob forma ordinária
2013/130 Proc. 2419/13.8BEPRT	Ação Administrativa Comum
2015/036 Proc. 1771/15.5BEPRT	Ação Administrativa Comum
2016/019 Proc. 558/16.2BEPRT	Ação Administrativa
2016/026 Proc. 7/16.6BEPRT	Ação Administrativa
2016/028 Proc. 511/16.6BEPRT	Ação Administrativa
2018/032 Proc. 702/18.5BEPRT	Ação Administrativa
2018/034 Proc. 8933/18.1T8PRT	Ação Declarativa
2018/038 Proc. 1226/18.6BEPRT	Ação Administrativa
2018/080 Proc. 1900/18.7BEBRG	Ação Administrativa
2018/122 Proc. 26071/18.5T8PRT	Ação Declarativa
2019/038 Proc. 1215/19.3BEPRT	Ação Administrativa
2019/061 Proc. 2047/19.4BEPRT	Ação Administrativa
2019/067 Proc. 2388/19.0BEPRT	Ação Administrativa
2019/068 Proc. 2348/19.1BEPRT	Ação Administrativa
2020/017 Proc. 460/20.3BEPRT	Ação Administrativa
2020/024 Proc. 716/20.5BEPRT	Ação Administrativa
2020/030 Proc. 915/20.0BEPRT	Ação Administrativa
2020/034 Proc. 1019/20.0BEPRT	Ação Administrativa
2020/041 Proc. 1563/20.0BEPRT	Ação Administrativa
2020/046 Proc. 1838/20.8BEPRT	Ação Administrativa
2020/047 Proc. 1870/20.1BEPRT	Ação Administrativa
2021/001 Proc. 2440/20.0BEPRT	Ação Administrativa
2021/005 Proc. 51/21.1BEPRT	Ação Administrativa
2021/009 Proc. 700/21.1BEPRT	Ação Administrativa
2021/014 Proc. 915/21.2BEPRT	Ação Administrativa
2021/022 Proc. 1205/21.6BEPRT	Ação Administrativa
2021/028 Proc. 1414/21.8BEPRT	Ação Administrativa
2021/030 Proc. 1533/21.0BEPRT	Ação Administrativa
2021/032 Proc. 1644/21.2BEPRT	Ação Administrativa
2007/010-T Proc. 805/07.1BEPRT	Impugnação
2008/074-T Proc. 974/08.3BEPRT	Impugnação
2008/076-T Proc. 1355/07.1BEPRT	Impugnação
2009/039-T Proc. 2746/08.6BEPRT	Impugnação
2009/065-T Proc. 1460/06.1BEPRT	Impugnação
2010/019-T Proc. 1037/10.7BEPRT	Impugnação
2011/006-T Proc. 2137/11.1BEPRT	Oposição
2011/016-T Proc. 2127/11.4BEPRT	Oposição
2011/017-T Proc. 2130/11.4BEPRT	Oposição
2011/018-T Proc. 2131/11.2BEPRT	Oposição
2015/005-T Proc. 1364/14.4BEPRT	Impugnação
2017/002-T Proc. 232/17.2BEPRT	Impugnação
2017/005-T Proc. 3146/16.0BEPRT	Impugnação
2019/001-T Proc. 1761/05.6BTPRT-A	Execução de Julgados
2019/004-T Proc. 78/18.0BEPRT	Ação Administrativa
2019/007-T Proc. 3125/16.7BEPRT	Impugnação
2020/004-T Proc. 773/20.4BEPRT	Impugnação
2020/006-T Proc. 1934/20.1BEPRT	Oposição

Anexo XVII

Despesa Fiscal

(Un.: euro)

Natureza da Entidade Beneficiária	Normativo regulamentar do CRMP	novembro/2020 a outubro/2021
Empresas e Fundações Municipais/Entidades Canonicamente Erectas/Particulares com insuficiência económica/Entidades isentas por força de legislação especial (Univ. Católica/Consulados via Convenção de Viena)	Art.º G/13.º, n.º 1	1 561 202,26
Freguesias/ PC utilidade pública administrativa/IPSS/PC Utilidade Pública; Associações e Fundações Culturais, Sociais, Religiosas, Desportivas e Recreativas/PC religiosas/Associações desportivas e sindicais; consulados	Art.º G/13.º, n.º 2, 3 e 4; Art.º G/19.º, n.º 1 e 2	1 211 203,46
Pedidos de licenciamento, autorização ou comunicação prévia de operações de urbanísticas apresentados através de requerimento eletrónico	Artº G/20º	1 782 314,66
Particulares/Promotores de Operações Urbanísticas	Artº G/16º	5 838 550,53
Titulares de Licenças de Publicidade e Ocupação do Domínio Público renovadas em 2021	Artº G/16º, n.º 2	538 089,46
Entidades diversas	Art.º G/13.º, n.º 5	2 461 889,97
Total		13 393 250,34

Anexo XVIII

Despesa da Autarquia - Classificação Funcional

(un.: euro)

Função / Subfunções	Orçamento 2022		Total	%
	PPI	Ações Relevantes		
1 FUNÇÕES GERAIS	9 608 147	74 305 899	83 914 046	26,3%
1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública	8 617 734	52 770 973	61 388 707	19,2%
1.1.1 Administração geral	8 617 734	52 770 973	61 388 707	19,2%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	990 413	21 534 926	22 525 339	7,1%
1.2.1 Proteção civil e luta contra incêndios	722 000	7 390 436	8 112 436	2,5%
1.2.2 Polícia Municipal	268 413	14 144 490	14 412 903	4,5%
2 FUNÇÕES SOCIAIS	51 283 100	93 106 731	144 389 831	45,3%
2.1.0 Educação	11 018 381	14 095 509	25 113 890	7,9%
2.1.1 Ensino não superior	10 947 881	13 420 782	24 368 663	7,6%
2.2.1 Serviços individuais de saúde	70 500	674 727	745 227	0,2%
2.3.0 Segurança e Ação Sociais	135 650	8 290 652	8 426 302	2,6%
2.3.2 Ação social	135 650	8 290 652	8 426 302	2,6%
2.4.0 Habitação e Serviços Coletivos	29 397 569	42 814 687	72 212 256	22,6%
2.4.1 Habitação	17 835 927	4 858 868	22 694 795	7,11%
2.4.2 Ordenamento do território	34 450	9 261 869	9 296 319	2,9%
2.4.5 Resíduos sólidos	0	-972	-972	0,0%
2.4.6 Proteção do meio ambiente	11 527 192	28 694 922	40 222 114	12,6%
2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	10 731 500	27 905 882	38 637 382	12,1%
2.5.1 Cultura	4 416 500	16 983 506	21 400 006	6,7%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	6 315 000	10 922 376	17 237 376	5,4%
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS	53 509 853	27 352 607	80 862 460	25,3%
3.3.0 Transportes e Comunicações	47 930 835	22 589 280	70 520 115	22,1%
3.3.1 Transportes rodoviários	47 930 835	22 589 280	70 520 115	22,1%
3.4.0 Comércio e Turismo	5 571 185	3 895 440	9 466 625	3,0%
3.4.1 Mercados e feiras	5 571 185	2 480 972	8 052 157	2,5%
3.4.2 Turismo	0	1 414 468	1 414 468	0,4%
3.5.0 Outras funções económicas	7 833	867 888	875 721	0,3%
4 OUTRAS FUNÇÕES	0	9 833 663	9 833 663	3,1%
4.1.0 Operações da dívida autárquica	0	406 141	406 141	0,1%
4.2.0 Transferências entre administrações	0	6 607 816	6 607 816	2,1%
4.3.0 Diversas não especificadas	0	2 819 705	2 819 705	0,9%
TOTAL	114 401 100	204 598 900	319 000 000	100,0%

Acrónimos

Ágora – Ágora – Cultura e Desporto do Porto, EM, SA

APD – Associação Porto Digital

ATP - Associação de Turismo do Porto

CEB – Ciclo de Educação Básica

CGA – Caixa Geral de Aposentações

CMP – Câmara Municipal do Porto

CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

DomusSocial - CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM

EBITDA – Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização

EM – Empresa Municipal

EMLP – Empréstimo de Médio e Longo Prazo

ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

FMI – Fundo Monetário Internacional

GO Porto – Gestão e Obras do Porto, EM

GOP – Grandes Opções do Plano

IGP – Instrumentos de Gestão Previsionais

IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

IMI – Imposto Municipal de Imóveis

IMT – Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis

IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

IUC – Imposto Único de Circulação

LOE – Lei do Orçamento de Estado

LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto

MEP – Método de Equivalência Patrimonial

NCP – Norma de Contabilidade Pública

NUD – Número Único de Documento

ORU – Operação de Reabilitação Urbana

PAR – Plano das Atividades mais Relevantes

PDCT - Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

PEDU – Plano Estratégico para o Desenvolvimento Urbano

PIB – Produto Interno Bruto

POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

PortoAmbiente - Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

RIIMMP - Regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município do Porto

SCP – Standalone Credit Profile

SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública

SGOPM – Sistema de Gestão de Ocupações do Património Municipal

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana

SS – Segurança Social

STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.